

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.000.293/21-39**

OBJETO: PROMOVER REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS SOB DEMANDA, DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA “GOOGLE”, CONFORME ACORDO DE SOFTWARE PDB.036.2020.3.6 DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.043.351/20-21 FIRMADO ENTRE A PRODABEL E A GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, EM 03 (TRÊS) LOTES A SABER: LOTE 1 – GCP – GOOGLE CLOUD PLATFORM (FAMÍLIA I) E LOTE 2 – WORKSPACE (FAMÍLIA II) AMBOS COM MAIOR DESCONTO ADICIONAL E LOTE 3 – GMP – GOOGLE MAPS (FAMÍLIA III), COM MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTES EDITAIS.

TIPO: MENOR PREÇO APURADO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 11/08/2021, às 08:00hs

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 11/08/2021, às 08:00hs

INÍCIO DA DISPUTA: dia 11/08/2021, às 09:00hs

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados de acordo com o item “7” deste edital.

SITE PARA CONSULTA www.licitacoes-e.com.br e www.pbh.gov.br

TELEFONE: (31) 3277-8366 – (31) 3277-7271 – (31) 3277- 9966 – (31) 3277-8424

CARTILHA DO FORNECEDOR: Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link”, “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.

1. PREÂMBULO

A Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – Prodabel, sociedade de economia mista municipal, estabelecida na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1.275, bairro Caiçaras, CEP 31.230-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ 18.239.038/0001-87, Inscrição Estadual 062.392.867.0033, Inscrição Municipal 312.694/001.5, não contribuinte do ICMS, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo licitatório na forma de Pregão Eletrônico, por meio do presente edital e anexos enumerados abaixo, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993, 13.303/2016, 10.520/2002, 12.846/2013, Decretos Municipais n.º 10.710/2001, 11.245/2003, 12.436/2006, 15.113/2013, 16.535/2016, 16.538/2016, 16.954/2018, 17.317/2020, 17.335/2020, Leis Complementares (LC) nº 101/2000, 123/2006 e 147/2014, além do Regulamento de Licitações e Contratos da Prodabel, disponível no sítio eletrônico prefeitura.pbh.gov.br/Prodabel.

Anexo I – Termo de Referência/Especificação técnica, Acordo PDB. 036.2020.3.6 e Tabelas Google Cloud Brasil

Anexo II – Formulário de encaminhamento de proposta comercial

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Minuta de Contrato regida pela Lei Federal nº 8.666/1993

Anexo V – Minuta de Contrato regida pela Lei Federal nº 13.303/2016

Anexo VI – Declarações

2. DO OBJETO

2.1. Promover Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento de produtos e serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica “Google”, conforme Acordo de Software PDB.036.2020.3.6 decorrente do Chamamento Público nº 001/2019, processo administrativo nº 01.043.351/20-21 firmado entre a Prodabel e a Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda, em 03 (três lotes), a saber:

LOTE	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO/TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Lote 1	GCP – Google Cloud Platform (Família I) – Suíte de computação em nuvem pública	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 2	WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas.	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família II da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 3	GMP – Google Maps (Família III) - Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra	Menor taxa de administração a ser aplicada linearmente sobre a família III da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.

2.2. Como critério de julgamento para o Lote 1 e Lote 2, será adotado o MAIOR DESCONTO LINEAR, em %, adicional sobre o preço de sobre todo e qualquer item da TABELA de serviços e preços (famílias I e II), do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, Anexo I, observado o disposto no Anexo VI do TR deste Edital.

2.3. Como critério de julgamento para o Lote 3, será adotado a MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, em %, a ser aplicado de forma linear sobre todo e qualquer item da TABELA de serviços e preços (elegíveis à

família III) do Anexo I do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, observado o disposto no Anexo VII do TR deste Edital.

2.4. O Registro de preços será realizado via Pregão Eletrônico.

2.5. O objeto desta contratação, deverá prever e conter na sua precificação final todos os impostos incidentes (Federais, Estaduais ou Municipais) não cabendo à CONTRATANTE recolher quaisquer impostos, taxas ou emolumentos adicionais.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por empregados da Prodabel, denominados Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados conforme Portaria nº 075/2021, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações”, constante do site www.licitacoes-e.com.br.

4. DO CADASTRO E DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

4.1. Os interessados em participar do pregão, deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País.

4.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou à Prodabel a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória, para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro nos termos do Decreto Municipal nº 17.317/2020.

5.2. Todas as ações do Pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.

6. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.

6.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e da subsequente inserção da proposta comercial e dos documentos de habilitação exigidos neste edital, até data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.

6.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

6.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.

6.4. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I – providenciar seu credenciamento junto ao provedor do sistema;

II – remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III – responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV – acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V – comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI – utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

VII – solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.8. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.

6.9. Quando do lançamento da proposta, através do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o valor global do lote, com duas casas decimais após a vírgula.

6.9.1. Para os Lotes 1 e 2, através do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o MAIOR DESCONTO LINEAR, em %, aplicando-se ao valor de referência de R\$ 100,00 (cem reais), para obtenção da proposta em reais, de acordo com os exemplos constantes da Tabela de Referência para a Proposta – Anexo VI do termo de referência, parte integrante deste Edital.

6.9.2. Para o Lote 3, através do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar a MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, em %, aplicando-se ao valor de referência de R\$ 100,00 (cem reais), para obtenção da proposta em reais, de acordo com os exemplos constantes da Tabela de Referência para a Proposta – Anexo VII do termo de referência, parte integrante deste Edital.

6.9.3. É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

6.9.4. Independente do percentual de desconto ou taxa de administração propostos, no preço praticado nas tabelas deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

6.10. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.

6.11. É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.

6.12. O licitante poderá concorrer apenas ao lote que for de sua conveniência, desde que em sua totalidade.

6.13. Poderão participar do certame somente empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto deste pregão.

6.14. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE com os documentos de habilitação exigidas no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7. DA FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 7.1. Os pedidos de ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES referentes ao processo licitatório poderão ser feitos por qualquer pessoa e deverão ser enviados em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do Certame, por meio eletrônico, através do e-mail gcaa-pb@pbh.gov.br, aos cuidados do Pregoeiro responsável.
- 7.2. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações encaminhadas deverão conter CNPJ, razão social e nome do representante legal, se pessoa jurídica e CPF e nome completo, se pessoa física.
- 7.3. Os pedidos de impugnações serão respondidos, motivadamente, em até 03 (três) dias úteis.
- 7.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos antes da sessão de abertura da licitação.
- 7.5. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem do prazo referido no item 7.1.
- 7.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser realizados durante o horário comercial (8 às 18 h).
- 7.7. Não serão acolhidos pedidos de esclarecimentos e impugnações fora do prazo legal.
- 7.8. Os pedidos de esclarecimentos e impugnação serão respondidos pelo Pregoeiro, com apoio da área demandante do objeto e da Assessoria Jurídica da Prodabel, e as respostas serão disponibilizadas diretamente através dos sites www.licitacoes-e.com.br, no campo “mensagens”, no link correspondente a este edital, e prefeitura.pbh.gov.br/prodabel, no item relativo ao pregão, e poderão ser acessados por todos os licitantes.
- 7.9. As impugnações não possuem efeitos suspensivos.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1. Poderão participar do processo licitatório os interessados que atenderem à todas as exigências contidas neste edital e seus Anexos.
- 8.2. Dos impedimentos de participação:
- 8.2.1. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas pela Prodabel as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Administração Pública Municipal.
- 8.2.2 São impedidas de participar de licitações e serem contratadas pela Prodabel as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública direta e indireta de qualquer esfera governamental, enquanto perdurar a sanção, nos termos do Decreto Municipal n. 15.113/2013.
- 8.2.3. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas pela Prodabel as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública, direta e indireta de qualquer esfera governamental, enquanto perdurar a sanção, nos termos do Decreto Municipal n. 15.113/2013.
- 8.2.4. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido a penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.
- 8.2.5. São impedidas de participar de licitações e serem contratadas as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei n. 13.303/2016.
- 8.2.6. Os impedimentos referidos neste item devem ser verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e perante o Sistema Único de Cadastro de Fornecedores (SUCAF) e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso, de acordo com o Decreto Municipal n. 16.954/2018.
- 8.2.7. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme Nota Técnica anexa.**

8.3. A observância das vedações do subitem 8.2 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

9. DA SESSÃO DE DISPUTA

9.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.

9.1.2. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO E FECHADO.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.

9.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.

9.6. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

9.6.1. Encerrado o prazo previsto acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.6.2. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por cento superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.6.3. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.6.2 acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.6.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.6.2 e 9.6.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.6.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.6.2 e 9.6.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 9.6.4.

9.6.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 9.6.5.

9.7. O Sistema anunciará o arrematante, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.

9.7.1. O Pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.

9.8. Após o encerramento da sessão de lances, ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 16.535/2016, após a disputa do lote único, o Sistema Eletrônico possibilitará a condução pelo Pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

9.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas eletrônicas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

9.8.2. A ME ou EPP empatada nos termos desse item será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos por item/lote em situação de empate, sob pena de preclusão.

9.8.3. A ME e EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de melhor valor ofertado no certame, situação em que será arrematado em seu favor o objeto licitado.

9.8.4. Após executados os procedimentos de preferência descrito no item 9.8, caso ocorra a inabilitação ou desclassificação do licitante melhor classificado, deverá ser verificada a ocorrência de nova situação de empate ficto entre os licitantes remanescentes, assegurada a preferência de contratação para a ME e EPP, nos termos da LC nº 123/2006 e Decreto nº 16.535/2016.

9.9 Não ocorrendo as hipóteses previstas no item 9.8 serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 55 da lei 13.303/2016.

9.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10.2. O LICITANTE ARREMATANTE terá o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta comercial por meio eletrônico e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 9.10.

9.11. Se a proposta ou o lance de menor valor não atender aos requisitos previstos no edital, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.

9.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor e após transcurso do prazo recursal será adjudicado o objeto do certame.

9.13. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado a ME ou EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Prodabel, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.13.1. A concessão do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no item 9.13 dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao Pregoeiro, e deverá ser apresentado via sistema eletrônico.

9.13.2. A prorrogação do prazo previsto no item 9.13 poderá ser concedida, a critério da Prodabel, quando requerida pelo Licitante, mediante justificativa.

9.13.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinatura da Ata, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.520/2002, Decreto 15.113/2013 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Prodabel, sendo facultado à Prodabel convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

10.1. Será considerado habilitado o licitante que atender ao disposto abaixo:

10.1.1. Se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF:

a) Com situação regular e habilitado em linha de fornecimento compatível com o objeto licitado deverá apresentar ao Pregoeiro a documentação prevista nos subitens 10.1.1.1 a 10.1.1.4 deste edital;

b) Com documentação vencida, mas habilitado na linha de fornecimento compatível com o objeto licitado, deverá apresentar ao Pregoeiro o(s) documento(s) regularizador(es) e a documentação prevista nos subitens 10.1.1.1 a 10.1.1.4 deste edital;

c) Com situação regular, mas não habilitado na linha de fornecimento compatível com o objeto licitado, deverá apresentar ao Pregoeiro além dos documentos exigidos nos subitens 10.1.1.1 a 10.1.1.4 deste edital, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões), ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).

10.1.1.1. Habilitação Jurídica:

10.1.1.1.1. Pessoa Natural ou Empresário Individual:

- a) Cédula de identidade;
- b) Comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (registro comercial), no caso de empresário individual;
- c) Cópia do passaporte com visto que permita atuar profissionalmente no Brasil, no caso de estrangeiro.

10.1.1.1.2. Pessoa Jurídica:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;
- b) Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e dos dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do Estatuto ou Contrato social;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade desempenhada assim o exigir;
- e) Termo de compromisso de constituição de consórcio, público ou particular, quando for o caso.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

10.1.1.2. Qualificação técnica:

10.1.1.2.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contratos da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

10.1.1.2.2. Documentos Eletrônicos serão aceitos sendo comprovada sua autenticidade conforme estabelecido no Edital;

10.1.1.2.3. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado.

- a) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado;
- b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante;
- c) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

10.1.1.2.4. Não serão aceitos atestados correlacionados ao objeto realizados fora do território nacional.

10.1.1.2.5. É permitido o somatório de atestados.

10.1.1.2.6. O agente de licitação pode exigir, em diligência, que os atestados de capacidade técnica profissional e operacional sejam acompanhados de documentos que corroborem o seu teor, como cópias de contratos, medições, notas fiscais, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos.

10.1.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.1.1.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.1.1.3.1.1. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, desde que não enquadradas no art. 1.065 do Código Civil, devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante ou órgão de registro equivalente.

10.1.1.3.1.2. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do último exercício social, assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação; ou
- b) Por fotocópia do livro Diário devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- c) Na forma de escrituração contábil digital (ECD), instituída pela Instrução Normativa da RFB

10.1.1.3.1.3. O Balanço Patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do último exercício social, deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

10.1.1.3.1.4. Cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o licitante que apresentar resultado igual ou maior que 01 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

10.1.1.3.2. A qualificação econômico-financeira das licitantes que não alcançarem os índices exigidos neste edital poderá ser comprovada por meio de Patrimônio Líquido ou Capital Social igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.1.1.3.3. A qualificação econômico-financeira das licitantes com menos de 01 (um) ano poderá ser comprovada, exclusivamente, por meio de Patrimônio Líquido ou Capital Social igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.1.1.3.4. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

10.1.1.3.5. A exigência contida no subitem 10.1.1.3 aplica-se inclusive às micro e pequenas empresas optantes ou não pelo Simples Nacional.

10.1.1.4. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

10.1.1.4.1. Na hipótese em que a Certidão para recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

10.1.2. Se não cadastrado no SUCAF, o licitante deverá apresentar toda documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, relacionada nos itens anteriores, além de:

10.1.2.1. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade perante a Seguridade Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01 de maio de 1943.

10.1.2.1.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.1.2.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos do Decreto Municipal nº 16.535/2016.

10.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado se o licitante for:

- a) A matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
- b) A filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.1. O disposto no item 10.2. não se aplica aos atestados de capacidade técnica, os quais poderão ser emitidos com o CNPJ da matriz ou da filial do licitante.

10.3. Para fins de habilitação, os documentos que não possuem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura do pregão.

10.3.1. Não se enquadram no subitem 10.3 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

10.4. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a regularização obedecerá conforme disposto no item 9.13.

10.5. Para efeito da comprovação da regularidade fiscal, poderá ser admitida a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC e Relatório “Situação do Fornecedor”, ambos emitidos pelo SUCAF.

10.6. Para efeito do julgamento da habilitação, o Pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da apresentação das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006.

10.7. A regularidade da situação do licitante no SUCAF poderá ser confirmada por meio de consulta online ao Sistema, onde será impresso o relatório “Situação do Fornecedor”.

10.8. A Prodabel poderá realizar diligências e solicitar documentação comprobatória dos atestados e declarações fornecidos.

10.9. Em caso de não comprovação, documentação insuficiente ou incompatível, o proponente será inabilitado.

10.10. A proponente arrematante deverá atender a todos os itens necessários à habilitação no edital e seus anexos.

10.11. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 O licitante arrematante terá o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta comercial por meio eletrônico e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado após a negociação.

11.2. A proposta deverá ser apresentada para todo o objeto licitado. Nos preços finais, resultantes dos preços iniciais com a dedução dos percentuais de descontos propostos serão considerados completos e abrangerão todos os serviços e peças necessárias ao cumprimento da obrigação, tributos, impostos, taxas, seguros, garantias, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, mobilização e desmobilização, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, fornecimento de mão de obra, leis sociais, administração, lucros, suprimentos, equipamentos, EPIs, ferramentas e materiais necessários e qualquer despesa acessória e/ou necessária, especificada ou não neste edital.

11.3. A Proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e conter, no mínimo, os itens apresentados no modelo proposto no Anexo II:

- a) Dados do fornecedor: razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone, e-mail e outros meios de comunicação do licitante;
- b) Dados bancários: banco, agência, conta corrente; nome, carteira de identidade e CPF dos responsáveis pela assinatura do contrato, acompanhado de instrumento de procuração, se for o caso;
- c) Dados do processo: modalidade e número da licitação, número do LOTE e número do item;
- d) Dados do objeto: descrição clara, detalhada e completa do objeto licitado, conforme especificação do edital e seus anexos, sendo obrigatório constar a marca, modelo e fabricante, quando for o caso. Nos casos em que a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo;
- e) Dados do valor: valor global do lance vencedor do item, em moeda nacional, discriminando o valor unitário de cada item, e total do objeto ofertado, valor do percentual de desconto/taxa de administração do lance vencedor em algarismo e por extenso, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula e para o período de 12 (doze) meses;
- f) Condições e prazos de pagamento, conforme disposto neste edital e seus Anexos;
- g) Informar a forma da garantia contratual e garantia do objeto, quando for o caso;
- h) Validade de 60 (sessenta) dias para Proposta, contados a partir da data de sua apresentação formal à Prodabel.

11.4. O licitante arrematante deverá apresentar as seguintes declarações:

- a) de inexistência de fatos impeditivos para participação;
- b) de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) de que não há, em suas instalações, a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, na forma da lei;
- d) de que cumpre plenamente os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso;

- e) de que a empresa não tem como sócio(s) servidor (es) ocupante de cargo efetivo/comissionado ou Titulares de empresa pública de qualquer esfera governamental;
- f) de que, para a execução do contrato, cumpre todos os requisitos previstos na legislação pertinente ao objeto, inclusive quanto ao Marco Civil da Internet, Lei Federal nº 12.965/2014, quando couber;
- g) de independência das propostas;
- h) de veracidade e autenticidade dos documentos apresentados eletronicamente;
- i) de atendimento aos requisitos de habilitação;
- j) de que a empresa está ciente e que concorda com as condições contidas nos termos constantes do edital e seus Anexos;
- k) de que, para a execução do contrato, cumpre todos os requisitos previstos na legislação pertinente ao objeto;
- l) demais declarações exigidas no edital como condição de aceitabilidade da proposta.

11.5. Os licitantes arrematantes (Lotes 1 e 2) face às especificidades e criticidades dos ambientes da Prodabel ou dos clientes da Prodabel, deverão apresentar **declaração de ciência** subscrita por seus respectivos representantes legais, comprometendo-se a apresentar, **por ocasião da celebração do contrato**, a comprovação de sua condição de **Parceiro Google**, dentre os seguintes níveis possíveis: **Partner** ou **Premier**, **sob pena de desclassificação da proposta**.

11.6. Os parceiros Google podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: <https://cloud.withgoogle.com/partners/?search=premier>

11.7. Quando da celebração do contrato, a Declaração de Parceria poderá ser **comprovada** mediante a apresentação de documentos pertinentes, emitidos em nome do Licitante pelo Fabricante.

11.8. Documentos Eletrônicos serão aceitos sendo comprovada sua autenticidade conforme estabelecido no Edital.

11.9. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado.

11.10. A proponente Arrematante deverá apresentar as Declarações compatíveis com os modelos constantes no Anexo VI.

11.11. Em caso de não conformidade, não comprovação, documentação insuficiente ou incompatível, ou ainda caso o objeto ofertado seja tecnicamente incompatível, o arrematante será desclassificado e será chamado o segundo colocado, ou outros sucessivamente, até a declaração do vencedor.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL OFERTADO POR LOTE**, com duas casas decimais após a vírgula, observadas as especificações e exigências deste edital e seus anexos, bem como os valores referenciais de mercado.

12.1.1. Para efeito de julgamento e do Sistema de Pregão Eletrônico, o percentual de desconto adicional para o LOTE 1 e LOTE 2 deverá ser aplicado ao valor de referência de R\$ 100,00, obtendo-se o preço em reais;

12.1.2. Para efeito de julgamento e do Sistema de Pregão Eletrônico, a Taxa de Administração para o LOTE 3 deverá ser acrescida ao valor de referência de R\$100,00, obtendo-se o preço em reais.

12.1.3. Neste certame será analisado o valor unitário de cada item que compõe o(s) lote(s) ofertado(s), portanto, quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado para cada um dos itens do lote.

12.2. As tabelas de serviços e produtos GOOGLE estão disponíveis nos links conforme Termo de Referência e

seus Anexos, para formação dos percentuais de desconto e da Taxa de administração.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.

13.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico.

13.2. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** corridos para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2.1. As razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, deverão ser enviadas via INTERNET, através do e-mail gcaa-pb@pbh.gov.br.

13.3. A ausência de manifestação motivada no prazo do item 13.1. importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.3.1. Entende-se por manifestação motivada da intenção de recorrer a indicação sucinta dos fatos e das razões do recurso, sem a necessidade de indicação de dispositivos legais ou regulamentares violados ou de argumentação jurídica articulada.

13.4. O agente de licitação pode não conhecer o recurso, acaso a manifestação referida no item 13.1. seja apresentada fora do prazo ou por pessoa que não represente o licitante ou se o motivo apontado não guardar relação de pertinência com a licitação.

13.5 As razões do recurso podem trazer outros motivos não indicados expressamente na sessão pública.

13.6. O acolhimento de recurso importa a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6.1. As decisões dos recursos serão divulgadas nos sites www.licitacoes-e.com.br e prefeitura.pbh.gov.br/prodabel.

13.7. Não serão aceitos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

13.8. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

13.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de eventuais infrações cometidas no processo licitatório ou de inadimplemento contratual, serão aplicadas as sanções previstas nas Leis Federais, nº 8.666/1993, nº 13.303/2016 e nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 15.113/2013, 16.954/2018, 16.538/2016 e 17.317/2020, além do Regulamento de Contratos e Licitações da CONTRATANTE.

15. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

15.1. A Prodabel – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A é a Gestora da Ata e também Partícipe.

a) Toda a cota deste Registro de Preços, qual seja, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ficará sob gestão da Prodabel, enquanto Gestora da Ata. Na medida do surgimento das necessidades, com autorização prévia do Grupo Gestor de Tecnologia da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - GTIC, os quantitativos serão

direcionados para os partícipes do Registro de Preços.

b) A cota deste Registro de Preços, poderá ser gasta com quaisquer itens constantes da Tabela de Preços Unitários Máximos, fruto do Acordo Prodabel-Google, PDB.036.2020.3.6.

15.2. Serão considerados Partícipes, além da Gestora Prodabel, todos os Órgãos e Entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, a saber:

- Controladoria Geral do Município;
- Procuradoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;
- Secretaria Municipal de Cultura;
- Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Secretaria Municipal de Governo;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Secretaria Municipal de Política Urbana;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção;
- Fundação Municipal de Cultura;
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte;
- Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica;
- Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte;
- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte;
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital;
- Superintendência de Limpeza Urbana;
- Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro;
- PBH Ativos S/A.

15.3. A depender do regime jurídico a que se submete cada um dos partícipes, serão utilizadas minutas de Contrato vinculadas à Lei 8.666/1993 ou à Lei 13.303/2016.

15.4. Cada partícipe deverá encaminhar à Gestora da Ata a cópia do contrato, quando celebrado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do extrato conforme art. 4º, VI, Decreto Municipal nº 17.335/2020.

15.5. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas dotações orçamentárias a serem informadas quando da contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Adjudicada e homologada a presente licitação, a Prodabel lavrará um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura contratação denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP, nos termos do Anexo III deste Edital.

16.1.1. Para a assinatura da ARP, o licitante vencedor deverá estar devidamente cadastrado no SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

16.1.2. A ARP será lavrada em 02 (duas) vias.

16.2. É facultado à Gestora da Ata convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados neste Edital.

16.3. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação da íntegra da ARP no Diário Oficial do Município – DOM será providenciada e correrá por conta e ônus da Prodabel.

16.4. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação de sua íntegra no DOM.

17. DA AQUISIÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

17.1. O licitante vencedor terá até 05 (cinco) dias contados da homologação para assinar a Ata de Registro de Preços junto à Gestora da Ata e 05 (cinco) dias úteis após a convocação, para assinatura do Contrato, sob pena de não ser contratado.

17.1.1. Os prazos para assinatura, estipulados no subitem anterior poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitados, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Gestora da Ata.

17.1.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções legais cabíveis.

18. DO CONTRATO, DOS DESCONTOS E DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

18.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, vinculado à Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decreto Municipal nº 16.538/2016 e suas alterações conforme Decreto Municipal 17.335/2020.

18.2. Cada Participante do Registro de Preços será responsável pela elaboração e formalização do contrato, conforme minuta estabelecida nos Anexos IV e V, de acordo com sua natureza jurídica.

18.3. A existência de preços registrados não obriga os Participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor da ARP, a preferência pela contratação, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o Detentor da ARP terá assegurado o direito à contratação no valor vigente praticado.

18.4. É vedada a entrega do objeto deste processo licitatório por valores superiores aos obtidos com o Detentor da ARP.

18.5. Uma vez registrados os preços, os Participantes poderão convocar o Detentor da ARP a entregar o objeto licitado na forma e condições fixadas no presente Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato.

18.6. O Detentor da ARP fica obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

18.7. O Detentor da ARP deverá garantir a qualidade do objeto licitado.

19. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O Órgão ou Entidade não participante interessado em aderir a esta ARP deverá encaminhar à Gestora da Ata o pedido de adesão indicando o lote/item e quantidade a que pretende aderir;

19.2. A Gestora da Ata somente responde pelos atos relativos à adesão da ARP, não lhe competindo o monitoramento e a administração dos atos posteriores ao deferimento do pedido de adesão;

19.3. Competem ao Órgão ou Entidade não participante, os atos relativos ao acompanhamento dos percentuais de descontos ou da taxa de administração registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações, à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.

19.4. Caberá ao Detentor da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento/prestação do serviço, respeitando os quantitativos, desde que esta execução não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão não participante, observado o disposto no art. 5º do Decreto Municipal n.º 16.538/2016 e art. 9º do Decreto Municipal n.º 17.335/2020.

19.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens dos constantes neste edital e registrados na ARP.

19.7. As aquisições a que se refere o item anterior não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20. DAS REVISÕES DE PREÇOS

20.1. A Tabela de Preços poderá ser revista conforme as definições previstas no Acordo Prodabel- Google PDB.036.2020.3.6.

20.2. Caso os valores constantes da Tabela sejam alterados conforme previsão no item anterior, a mesma deverá ser republicada.

21. DA PESQUISA DE PREÇOS

21.1. Para esse Registro de Preços serão considerados os valores previstos na tabela de preços vinculados ao Acordo Prodabel- Google PDB.036.2020.3.6.

21.2. As licitantes deverão conceder maior desconto linear para os itens GCP-Google Cloud Platform (Família I) e WORKSPACE (Família II) ou a menor taxa de administração para o item GMP – Google Maps (Família III) a serem aplicados linearmente sobre a tabela de serviços.

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Gestora da Ata poderá cancelar o registro de preços do fornecedor observados o contraditório e a ampla defesa se for o caso, nas seguintes hipóteses:

- a) Pelo descumprimento parcial ou total, por parte do fornecedor, das condições da ARP;
- b) Quando o fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) Nas hipóteses de inexecução parcial ou total dos Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços firmada;
- d) Nas hipóteses dos preços registrados se tornarem superiores àqueles praticados no mercado e o fornecedor se recusar a adequá-los na forma prevista neste edital e na Ata de Registro de Preços;
- e) Por razões de interesse público;
- f) Quando o fornecedor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;
- g) Quando o fornecedor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- h) Amigavelmente, nos termos da Lei nº 13.303/2016;
- i) Por ordem judicial.
- j) Nas hipóteses de rescisão do Acordo Prodabel-Google PDB.036.2020.3.6.
- k) Quando o fornecedor deixar de ser parceiro homologado Google.

22.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu desconto ou taxa de administração registrada na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço, excluída a alegação de elevação dos preços de mercado.

22.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento do seu Registro de Preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento,

salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela Gestora da Ata.

22.4. A notificação para o cancelamento do desconto registrado será enviada diretamente ao fornecedor por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso de ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município – DOM.

22.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas nos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Municipal nº 16.538/2016 e suas alterações conforme Decreto Municipal 17.335/2020.

23. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA encontram-se especificadas no Termo de Referência (Anexo I) e nas Minutas de Contrato, Anexos IV e V deste edital.

24. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

As especificações do objeto encontram-se no Anexo I - Termo de Referência/especificações técnicas e nas Minutas de Contrato, partes integrantes deste edital independente de sua transcrição.

25. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE RECEBIMENTO

O prazo, local e forma de recebimento estão descritos nos Anexos I, IV e V, respectivamente Termo de Referência/Especificações técnicas e nas Minutas de Contrato.

26. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA, se dando na forma prevista nas Minutas de Contrato – Anexos IV e V, partes integrantes deste edital.

27. DA CONDUTA E INTEGRIDADE

As licitantes se obrigam a respeitar e cumprir e fazer cumprir os princípios e regras do Código de Conduta e Integridade da Prodabel, disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel/transparencia/programa-de-integridade>.

28. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1. Para a participação nesta licitação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste edital, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

28.2. A Prodabel rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

28.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas será denunciada à Controladoria Geral do Município - CTGM, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do Decreto Municipal n. 16.954/2018.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A Prodabel reserva-se o direito de revogar a presente licitação, por interesse público, no todo ou em parte, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas.

- 29.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e nem a validade jurídica destes, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 29.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, o cancelamento da Ata e a rescisão do contrato ou da Autorização de Fornecimento, se for o caso, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 29.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 29.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prodabel, para orientar sua decisão em qualquer fase do procedimento licitatório. Caso o Órgão não possua no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 29.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 29.7. O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 29.8. Na contagem de prazo estabelecido neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 29.9. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis de expediente, desconsiderando-se os feriados e recessos praticados pela Prodabel, no âmbito de sua sede, localizada em Belo Horizonte - MG.
- 29.10. A subcontratação do objeto será admitida desde que a subcontratada seja o fabricante da solução, restando claro que a CONTRATANTE se exime de toda vinculação que poderá advir da relação da licitante vencedora com a empresa subcontratada em todos os aspectos cíveis, trabalhistas, criminais, danos a terceiros e outros restando claro que a responsabilidade pelos defeitos na execução ou entrega do objeto serão imputados exclusivamente à empresa licitante vencedora.
- 29.10.1. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela gestora da ata;
- 29.10.2. A subcontratação não poderá exceder à 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação.
- 29.11. É de exclusiva responsabilidade do licitante, para efeito da contratação, providenciar seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrado, nos termos do Decreto Municipal nº 11.245/2003, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, podendo ser prorrogado a critério da autoridade competente desde que devidamente justificado.**
- 29.12. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio com a ratificação da autoridade superior, garantida ampla defesa.
- 29.13. A participação do licitante neste certame implica em aceitação de todos os termos do edital.
- 29.14. Tendo em vista a situação anormal caracterizada como situação de emergência em saúde pública, decorrente da pandemia provocada pelo novo coronavírus – COVID-19, ratificada pelos Decretos nº 17.297 e 17.298, ambos de 17 de março de 2020, os pedidos de vista deverão ser agendados previamente, por meio do e-mail gcaa-pb@pbh.gov.br.**
- 29.15. A Licitante/Contratada/Fornecedor/Conveniada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
- 29.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte, local da realização do certame.

Belo Horizonte, de de 2021.

Responsável pela elaboração do edital

Responsável pela aprovação do edital

Diretor de Administração, Finanças e *Compliance*

Ordenador de Despesa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DADOS CADASTRAIS		
1-IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE		
1.1. Diretoria: Diretoria de Infraestrutura - DIE-PB		
1.2. Unidade: Gerência de Infraestrutura de Operação Data Center - SOI-PB		
1.3. Endereço completo da unidade solicitante Av. Presidente Carlos Luz 1275, sala 213.		1.4. Bairro Caíças
1.5. Cidade: Belo Horizonte	1.6. UF: MG	1.7. CEP: 31230-000
1.8. CNPJ 18.239.038/0001-87	1.9. Inscrição Estadual 062.392.867.0033	1.10. Inscrição Municipal 312.694/001-5
1.11. Responsável pela elaboração do Termo Renato Tamiette de Melo – SOI-PB		1.12. Matrícula PB001858-6

2- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Promover Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento de produtos e serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica “Google”, conforme Acordo de Software PDB.036.2020.3.6 decorrente do Chamamento Público nº 001/2019, processo administrativo nº 01.043.351/20-21 firmado entre a Prodabel e a Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda, em 03 (três lotes), a saber:

LOTE	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTOS E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Lote 1	GCP – Google Cloud Platform (Família I) – Suíte de computação em nuvem pública	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 2	WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas.	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a famílias II da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 3	GMP – Google Maps (Família III) - Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra	Menor taxa de administração a ser aplicada linearmente sobre a família III da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.

2.2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E QUANTIDADES

2.2.1. A CONTRATADA (Lotes 1, 2 e 3) será responsável pelo fornecimento de produtos e serviços Google conforme respectivos termos de serviço previstos e caracterizadas nos links abaixo:

GCP:

<https://cloud.google.com/terms/?hl=pt-br>

Workspace:

https://workspace.google.com/terms/2013/1/premier_terms.html?_ga=2.54732205.780776593.1581089073-

[994006731.1573583749&_gac=1.123301241.1579991548.CjwKCAiA66_xBRBhEiwAhrMuLfvx0RjVG-peYifBsJ82cKSOFYwJvTtXXHTkByvlnwJ0W78D4djFkBoCgDgQAvD_BwE](https://www.google.com/maps-platform/terms/?gac=1.123301241.1579991548.CjwKCAiA66_xBRBhEiwAhrMuLfvx0RjVG-peYifBsJ82cKSOFYwJvTtXXHTkByvlnwJ0W78D4djFkBoCgDgQAvD_BwE)

Google Maps:

https://cloud.google.com/maps-platform/terms/?_gac=1.123301241.1579991548.CjwKCAiA66_xBRBhEiwAhrMuLfvx0RjVG-peYifBsJ82cKSOFYwJvTtXXHTkByvlnwJ0W78D4djFkBoCgDgQAvD_BwE&_ga=2.54732205.780776593.1581089073-994006731.1573583749

2.2.2. A Operacionalização do objeto licitado (lotes 1 e 2) deve levar em consideração as seguintes premissas básicas:

- a) É um Ambiente de Governo Complexo;
- b) O Data Center é *Híbrido*, misto de nuvem Pública e Privada, e
- c) Trata-se de aquisições em volume.

2.2.3. A base de preços Google será aquela existente no **Anexo I** do **Acordo Google** PDB.036.2020.3.6.

2.2.4. Como critério de julgamento para o Lote 1 e Lote 2, será adotado o **MAIOR DESCONTO LINEAR**, em %, adicional sobre o preço de sobre todo e qualquer item da TABELA de serviços e preços (famílias I e II), do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, Anexo I.

2.2.4.1. **IMPORTANTE:** Conforme previsto no Acordo PDB.036.2020.3.6 a Google concederá um desconto adicional denominado “desconto do fabricante” a ser aplicado **exclusivamente** para todo e qualquer item **elegível à família I** (*GCP – Google Cloud Platform*), exceto os itens do Marketplace. Este desconto (se obtido) será **mensal**, por **pedido**, variável entre **0** (zero) e **12%** (doze por cento), **não** cumulativo e calculado da seguinte forma:

Lote 1 - Família I (exclusivamente)

Preço = (VTP) * (1+CDOB/100) * (1 – D/100) * (1 – DA/100) * PTAX, onde:

VTP = Preço básico dos insumos necessários ao projeto. (Valor em US\$ obtido com uso da calculadora de preços (*) e auxílio da equipe técnica Google e/ou Contratada)

D = Desconto estipulado no Acordo PDB.036.2020.3.6 (quando atingido)

DA = Desconto Adicional obtido a partir desta Licitação.

PTAX = Conversão oficial US\$ para R\$ do Banco Central do Brasil – venda ou Valor Negociado com a Google – conforme o caso.

CDOB= percentual fixo de 13.83% referente ao Custo Direto de Operações para provisão de serviços localmente no Brasil

*(link: <https://cloud.google.com/products/calculator/?hl=pt-br>)

Lote 2 - Família II

Preço = (VTP) * (1 – DA/100), onde:

VTP = Preço básico dos insumos necessários ao projeto. (Valor em R\$ da Tabela de preços Acordo)

DA = Desconto Adicional obtido a partir desta Licitação.

- 2.2.5. Como critério de julgamento para o Lote 3, será adotado a **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, em %, a ser aplicado de forma linear sobre todo e qualquer item da TABELA de serviços e preços (elegíveis à família III) do Anexo I do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6.

Lote 3 - Família III

Preço = (VTP) * (1+CDOB/100) * (1 + TA/100) * PTAX, onde:

VTP = Preço básico dos insumos necessários ao projeto. (Valor em US\$ da Tabela de preços Acordo)

TA = Taxa de Administração (%)

PTAX = Conversão **oficial** US\$ para R\$ do Banco Central do Brasil – venda ou Valor **Negociado** com a Google – conforme o caso.

CDOB= **percentual fixo de 13.83%** referente ao Custo Direto de Operações para provisão de serviços localmente no Brasil

- 2.2.6. Havendo **promoções** regionais e/ou mundiais oferecendo descontos adicionais além dos já previstos no Acordo Google-Prodabel e no seu respectivo Contrato, os novos valores, se vantajosos, devem ser repassados pela CONTRATADA integralmente à CONTRATANTE até o término da promoção durante a vigência do Contrato.
- 2.2.7. A CONTRATADA poderá oferecer **descontos adicionais** além daqueles previstos no Acordo PDB.036.2020.3.6 e também neste edital.
- 2.2.8. O objeto desta contratação, deverá prever e conter na sua precificação final todos os impostos incidentes (Federais, Estaduais ou Municipais) não cabendo à CONTRATANTE recolher quaisquer impostos, taxas ou emolumentos adicionais.
- 2.2.9. Os Serviços que compõe o objeto licitado, independente da região geográfica onde sejam executados, devem obedecer aos **SLA's** (*Service Level Agreement*) previstos e aplicáveis a cada item adquirido, passível de consulta no **Anexo II** do **Acordo Google** PDB.036.2020.3.6, cujo conteúdo vigente à época da publicação deste edital, integrará o processo administrativo na forma de arquivo digital.
- 2.2.10. O Registro de Preços será realizado via Pregão Eletrônico.
- 2.2.11. O Registro de Preços tem valor total de 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que poderá ser utilizado para aquisição de quaisquer itens constantes da Tabela de Preços da **Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda** constante do Acordo de Software Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6.
- 2.2.12. A PRODABEL será a Gestora da Ata de Registro de Preços.

2.2.13. Serão considerados Partícipes, além da Gestora da Ata de Registro de Preços PRODABEL, todos os Órgãos e Entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, a saber:

- 2.2.13.1. Controladoria Geral do Município;
- 2.2.13.2. Procuradoria Geral do Município;
- 2.2.13.3. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;
- 2.2.13.4. Secretaria Municipal de Cultura;
- 2.2.13.5. Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social;
- 2.2.13.6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- 2.2.13.7. Secretaria Municipal de Educação;
- 2.2.13.8. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- 2.2.13.9. Secretaria Municipal de Fazenda;
- 2.2.13.10. Secretaria Municipal de Governo;
- 2.2.13.11. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 2.2.13.12. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- 2.2.13.13. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 2.2.13.14. Secretaria Municipal de Política Urbana;
- 2.2.13.15. Secretaria Municipal de Saúde;
- 2.2.13.16. Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção;
- 2.2.13.17. Fundação Municipal de Cultura;
- 2.2.13.18. Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte;
- 2.2.13.19. Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica;
- 2.2.13.20. Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte;
- 2.2.13.21. Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte;
- 2.2.13.22. Superintendência de Desenvolvimento da Capital;
- 2.2.13.23. Superintendência de Limpeza Urbana;
- 2.2.13.24. Hospital Metropolitano Odilon Behrens.
- 2.2.13.25. Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro;
- 2.2.13.26. PBH Ativos S/A.

2.2.14. Todo o quantitativo financeiro estará sob gestão da PRODABEL, que o repassará a cada partícipe, na medida do surgimento das necessidades/demandas.

3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E DO QUANTITATIVO

A PBH, através da Prodabel, tem buscado modernizar sua infraestrutura de informática para suportar os projetos do executivo que beneficiam diretamente o cidadão. Tem interesse em utilizar para suas atividades, soluções de TIC de forma escalável, distribuída e ágil, e que, em virtude da evolução tecnológica possam desenvolver novas soluções ou adaptar soluções existentes, tornando natural o estabelecimento de parcerias com fabricantes renomados de tecnologia para desenvolvimento de soluções e prestação de serviços para desenvolver e aprimorar a gestão tecnológica da cidade.

Neste sentido a Prodabel vem buscando iniciativas de negociar diretamente com fabricantes estrategicamente importantes para o governo, firmando acordos que não implicam em compromissos de aquisições, mas que permitem à Prodabel ter acesso à modelos de licenciamento de direito de uso de software e serviços junto a fabricantes que consideram o ambiente “Governo” estratégico para aquisições em volume diferenciado, e por isso, praticam preços com tabelas e descontos especiais, favoráveis à Administração Pública, como é o caso dos acordos PDB.001.2019 e PDB.036.2020.3.6 firmados, respectivamente, com as empresas Microsoft e Google com a Prodabel. A partir dos valores estabelecidos nestes acordos, os fornecedores competem nas licitações para oferecer o maior desconto possível.

Por este motivo, este objeto visa tornar os processos de contratação de produtos e serviços Google mais ágeis

e com custos reduzidos.

4. MOSTRAS, TESTES DE CONFORMIDADE OU PROVA DE CONCEITO

() sim (X) não

5. PREÇO DE REFERÊNCIA OU ORÇAMENTO ESTIMADO

Este Processo de Registro de Preços terá Cota Máxima no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) conforme deliberação CCG nº Ofício 651/2020, demanda no 1.889/2020.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica por se tratar de Registro de Preços.

7. ESPECIFICAÇÕES DO FORNECIMENTO, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. Políticas e Licenciamento (Lotes 1, 2 e 3)

- a) Deverão ser cumpridas todas as regras e políticas definidas no Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, (e termos posteriores) firmado com a Prodabel.
- b) Deve ser permitido o uso de quaisquer produtos ou serviços previstos no Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, para fins de avaliação e testes, por um período não maior que 30 dias sem ônus adicional.

7.2. Tabela de Produtos e Serviços (Lotes 1, 2 e 3)

- a) Os Produtos e Serviços de Subscrição fornecidos pela CONTRATADA serão aqueles contidos na TABELA de serviços e preços previstas no Anexo I do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6, compreendendo o fornecimento de *Google Cloud Plataforma (IaaS, PaaS, SaaS), Workspace e Google Maps, além de outros produtos que venham a ser incluídos.*
- b) As Tabelas de serviços e preços serão obtidas e fornecidas periodicamente pela CONTRATADA contendo atualizações dos Produtos, Serviços, Valores e apresentadas **OBRIGATORIAMENTE** nos modelos “**original**” da Google e na versão “**Excel**”. A tabela de Produtos, Serviços e Preços deverá ser encaminhada para: certificados_software@prodabel.gov.br e crplprodabel@pbh.gov.br.
- c) A tabela de preços atualizada referente ao Lote 3 (Google Maps) encontra-se publicamente disponível e acessível no link: <https://cloud.google.com/maps-platform/pricing>.
- d) A Prodabel terá até **60** (sessenta) **dias** corridos para checagem, validação e aplicação das atualizações da lista de produtos e preços a partir do seu recebimento, podendo rescindir o Contrato decorrente desta Licitação, sem ônus, caso seja comprovado desequilíbrio econômico na prestação do serviço aos seus clientes.

- e) Durante o período de validação da nova tabela, caso ocorra uma oportunidade de negócio os preços praticados para esta contratação serão acordados entre as partes.
- f) Além dos descontos aqui previstos, o distribuidor/revendedor Google deverá respeitar as políticas de licenciamento Google disponíveis, conforme a família de produtos, e aplicar os vários descontos previstos tais como, mas não se limitando a: 1) “**Uso Sustentado**”; 2) “**Desconto por Compromisso**” (Instância Reservada) e/ou outros que venham a substituí-los, conforme regras e condições disponíveis nos links, item 2.2.1.
- g) A necessidade dos **projetos** de tecnologia Google serão atendidas através da aquisição dos produtos e/ou serviços individualmente através de SKUs (ou PN) próprios e em quantidade suficiente para atendimento ao projeto técnico pelo prazo desejado ou de forma consolidada através de uma única SKU. (9A92-40AE-8D00) do Enterprise Agreement.
- h) Exclusivamente para os produtos elegíveis à família I (**GCP**) deverá ser permitido o recurso de aproveitar as licenças *On-Premisses* da CONTRATANTE (**BYOL** - *Bring Your Own License*) no ambiente *Cloud* e para tanto deverá ser disponibilizado e habilitado sem Ônus adicional as *APIs Cloud Build* e as demais necessárias.

7.3. Utilização do Contrato (Lotes 1, 2 e 3)

- a) A utilização dos contratos será **sob demanda** e as contratações serão realizadas através da emissão do **Termo de Confirmação (TC)**, conforme acionamento da CONTRATANTE.
- b) Nos casos específicos de contratações do tipo "Pay as you go" (Pagamento de acordo com o uso, sem necessidade de compromisso, para projetos de inovação, sem estimativa de consumo ou volume), a taxa será calculada ao final de cada mês, quando o consumo for contabilizado.
- a) Os CONTRATOS decorrentes desta licitação não implicarão em compromisso de aquisição de qualquer espécie.
- d) Quaisquer consultas sobre as aquisições de Produtos ou Serviços previstos no Acordo Google devem ficar disponíveis em ambientes WEB do fabricante e/ou Contratada(s) do tipo IAM (Identify Access Manager) possibilitando o Gerenciamento de identidade, acesso à nuvem, gerenciamento de recursos e incluir a atribuição de funções e permissões relacionadas, conforme descrito em:
 - <https://cloud.google.com/iam/>
 - <https://console.developers.google.com/tos?id=launcher>
- e) Todos os Serviços contratados a partir da emissão de um TC (Termos de Confirmação) permanecerão válidos e vigentes e devem ser concluídos mesmo após o encerramento do Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6.

- f) A Prodabel poderá utilizar os produtos e serviços licitados internamente ou na prestação de serviços aos seus clientes (órgãos ou entidades públicas da Administração Direta e Indireta).

7.4. Titularidade das Aquisições (Lotes 1, 2 e 3)

- a) Para **formalização e detalhamento** das aquisições e também para a comprovação da **titularidade** das licenças e serviços adquiridos, a CONTRATANTE adotará o **TERMO DE CONFIRMAÇÃO (TC)** como instrumento padrão, podendo confrontá-lo com as informações disponíveis nos já citados endereços eletrônicos da Contratada e/ou Google.
- b) Com relação aos contratos da Prodabel, todo licenciamento deverá ser obrigatoriamente registrado para a seguinte razão social: Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel e o licitante, a cada pedido com base no **TC**, deve enviar à CONTRATANTE - Prova da Titularidade das aquisições em papel timbrado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

7.5. Termo de Confirmação-Acionamento (Lotes 1, 2 e 3)

- a) As aquisições da Prodabel serão formalizadas junto à CONTRATADA através do documento **Termo de Confirmação (TC)** contendo minimamente as seguintes informações: *part-number* ou *SKU*, descrição/nome dos serviços, quantidade, tipo, moeda, câmbio, métricas de licenciamento, data de vigência inicial/final, suporte, SLA, valor unitário e valor total, descontos.

7.6. Gestão do Termo de Confirmação (TC) - (Lotes 1, 2 e 3)

- a) Será responsabilidade da CONTRATANTE, a gestão e o Aceite Técnico dos **TCs**, mediante o recebimento dos Produtos e Serviços, testes de funcionamento e o cumprimento de todas as cláusulas definidas em contrato.
- b) A CONTRATADA deve fornecer aos funcionários da CONTRATANTE, **chaves de acesso** e instruções de uso do *Customer Portal* (ou equivalente), minimamente para 02 contatos principais e 04 secundários. As chaves devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: certificados_software@prodabel.gov.br
- c) A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, as **API's da Google** (*Application Programming Interface* ou tecnologia equivalente) das ferramentas de interesse da Prodabel, em especial daquelas que possibilitem baixar e tratar informações de **“billing”**, **“SLA”** e **“IAM”** nos Sistemas da CONTRATANTE de **ERP** (*Enterprise Resource Planning*) e também **API** para conexão com Ferramenta de gestão **“Power BI”** da Microsoft.

7.7. Confidencialidade

7.7.1. Os modelos de licenciamento, quando estiverem sob plataforma *cloud*, devem seguir orientação na proteção dos dados GDPR (*General Data Protection Regulation*) e sua congênere brasileira LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - LEI nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

7.7.2. O modelo de Termo de Confidencialidade encontra-se no Anexo I neste Termo de Referência.

7.8. Definições

7.8.1. “*Termos de Serviço do Google Cloud Platform*” - significa os termos de uso dos Serviços *Google Cloud Platform - GCP* pelo Cliente conforme: <https://cloud.google.com/terms/>

7.8.2. **IAM** - significa *Gerenciamento de identidade e acesso à nuvem*, que permite o gerenciamento de recursos em execução no Google Cloud Platform, incluindo a atribuição de funções e permissões relacionadas, conforme descrito em <https://cloud.google.com/iam/>

7.8.3. **Detalhes e PN** (part number) ou SKU (Stock Keeping Unit) dos objetos licitados podem ser consultados nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) FAMÍLIA I - Part Number de todas as soluções publicadas no Google Cloud Platform: <https://cloud.google.com/skus/>
- b) FAMÍLIA II - Part Number de todas as soluções *Workspace* publicadas: (Formerly G Suite): Pricing Plans
- c) FAMÍLIA III - Part Number de todas as soluções publicadas no Google Maps: <https://cloud.google.com/maps-platform/pricing?hl=pt>

7.9. As regras, políticas, prazos, *SLA*, *Billing*

As regras, políticas, prazos, *SLA*, *Billing* e demais informações pertinentes ao Objeto Licitado, Lotes 1 e 2, devem ser obedecidas/respeitadas e obtidas/consultadas diretamente a partir dos links citados abaixo e cujo conteúdo, vigente à época da publicação deste edital, integrará (na forma de arquivo digital) o processo licitatório:

- Link de *SLA* do GCP: <https://cloud.google.com/terms/sla/>
- Link de *SLA* do *Workspace*:
https://gsuite.google.com/terms/sla.html?_ga=2.113574017.780776593.1581089073-994006731.1573583749&_gac=1.20016714.1579991548.CjwKCAiA66_xBRBhEiwAhrMuLfvx0RjVG-peYifBsJ82cKSOFYwJvTtXXHTkByvlnwJ0W78D4djFkBoCgDgQAvD_BwE
- Link de *SLA* do Google Maps: <https://cloud.google.com/maps-platform/terms/sla/>
- Link de *Bilhetagem* GCP: <https://console.cloud.google.com/billing>
- Link de *Bilhetagem* G.Maps: <https://developers.google.com/maps/billing/gmp-billing>
- Link de *Bilhetagem* do *Workspace*: <https://support.google.com/a/answer/1224185?hl=en>

8. LOCAL DE ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 Com relação às aquisições da Prodabel, eventuais entregas formais, comunicados ou qualquer artefato ligado ao objeto licitado devem ser entregues pela CONTRATADA no Data Center 1 da Prodabel, Superintendência de Operações – email: gsoi@pbh.gov.br – localizado na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, bairro Caiçaras, Belo Horizonte/MG, durante o horário de funcionamento de 08:30 às 11:30h e de 14hs às 16:30h, de segunda-feira a sexta-feira.

8.2 Com relação aos demais contratantes, eventuais entregas formais, comunicados ou qualquer artefato ligado ao objeto licitado devem ser entregues pela CONTRATADA nos endereços indicados nos instrumentos contratuais futuros.

- 8.3 Toda Informação e comunicação relativa ao licenciamento dos produtos ou serviços tais como: chaves de acesso, tabelas de preços, extinção e/ou alteração de produtos e assuntos correlatos deverão ser enviadas no endereço eletrônico a ser informado pela CONTRATANTE nos instrumentos contratuais futuros.
- 8.4 A CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite provisório quando da entrega do objeto. Deverá emitir o Termo De Aceite Definitivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para os produtos e/ou serviços entregues em conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, sem defeitos de funcionamento e na quantidade solicitada.
- 8.5 Encontrando irregularidade e/ou nos casos em que os produtos entregues não estejam em conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, apresentem defeitos de funcionamento ou ainda, estejam incompletos, deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- 8.6 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 8.7 A ativação dos Produtos e Serviços especificados no item 1 deste anexo será de responsabilidade da CONTRATANTE.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

- 9.1. O prazo máximo de entrega dos Produtos ou Serviços contratados será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, devidamente assinado pela PRODABEL.
- 9.2. Os produtos ou Serviços deverão ser entregues com a apresentação de Nota Fiscal/Fatura de Venda, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

10. CONDIÇÕES E FORMA DE RECEBIMENTO

- 10.1. Nos casos em que os Produtos ou Serviços entregues não estejam em conformidade com o solicitado ou com a documentação disponibilizada, apresentem defeitos e/ou mal funcionamento ou ainda, estejam incompletos, os **pagamentos serão suspensos** até que os problemas sejam integralmente sanados.

11. FORMAS DE PAGAMENTO

- 11.1. As tabelas de preços disponibilizarão o preço oficial estimado para o mercado (ERP - Estimated Retail Price), com a indicação da moeda a ser utilizada (serão aceitos somente o Dólar Norte-Americano ou Reais do Brasil).
- 11.2. As tabelas de produtos e serviços do Acordos de Softwares poderão ser apresentadas em dólar, entretanto, serão convertidas em reais quando da efetiva aquisição. O percentual de desconto incidirá sobre os valores das tabelas independente da conversão.
- 11.3. Para os produtos e serviços com preços definidos em dólares norte-americanos, de acordo com a tabela de preços, os referidos preços serão convertidos em reais pela cotação de câmbio PTAX (venda) emitida pelo Banco Central na data de expedição dos termos de confirmação (TC).
- 11.4. Eventualmente, e a seu exclusivo critério, e com base em parâmetros comerciais específicos e bem definidos, a Google através dos seus parceiros comerciais, poderá ofertar cotação de câmbio abaixo do câmbio PTAX (venda), sempre com o objetivo de trazer a melhor oferta para a CONTRATANTE.
- 11.5. Conforme Previsto no Acordo Google-Prodabel PDB.036.2020.3.6:
- 11.5.1. Os modelos de contratação possíveis são:

- a) Subscription Agreement: Proporciona preço fixo nas aquisições consolidadas com o uso de uma única SKU (SKU# 9A92-40AE-8D00), para projetos devidamente analisados e aprovados pelo time de Engenharia Google com prazos previstos no Termo de Confirmação (TC). Toda contratação de forma consolidada através de uma única SKU deverá ser detalhada item a item na console Google e/ou da Contratada.
 - b) Commit to Consume: Para projetos com demandas específicas ou alta volatilidade, permite agregar projetos, possibilita reservar recursos e obter preços (descontos) diferenciado de acordo com o compromisso de uso, sem o pagamento up front.(à vista)
 - c) Pay as you go: Pagamento de acordo com o uso, sem necessidade de compromisso, para projetos de inovação, sem estimativa de consumo ou volume.
- 11.6. Poderá ser utilizado o conceito de Unidade de Serviço de Nuvem (USN), mas não se restringindo, para agrupamento de qualquer produto e/ou serviço Google Cloud Platform (GCP) quando da emissão do termo confirmação (TC).
- 11.7. Poderá ser utilizado o conceito de Unidade de Serviço de Mapas (USM) para agrupamento de qualquer produto e/ou serviço Google MAPs quando da emissão do termo confirmação (TC).
- 11.8. As Unidades de Serviço de Nuvem (USN) e as Unidades de Serviço de Mapas (USM) tem valor fixo e imutável de 1 (um) dólar norte-americano (US\$) durante a vigência do Acordo PDB.036.2020.3.6.
- 11.9. Os Produtos e Serviços objeto desta licitação serão pagos mensalmente pela PRODABEL, 30 dias após a CONTRATADA disponibilizar, em condições de uso, a totalidade do contratado através do TC (Termo de Confirmação), bem como após o recebimento das respectivas notas fiscais/faturas e a devida atestação da fatura.
- 11.10. A Taxa de Administração deverá englobar todos os custos da CONTRATADA, sejam, impostos, emolumentos, taxas ou margem de lucro. Nesse sentido, nenhum valor adicional será aceito pela CONTRATANTE, a qualquer título.
- 11.11. A Taxa de Administração vencedora do pleito será a de menor valor e compreendida entre 1 (um por cento) e 43 (quarenta e três por cento) com 02 casas decimais.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 12.1. É responsabilidade da CONTRATADA, além de cumprir as obrigações legais:
- a) A Contratada será responsável, fim-a-fim, por intermediar, entregar, demonstrar, gerenciar, recolher todos impostos e apoiar as aquisições da CONTRATANTE junto à empresa Google;
 - b) Arcar com os custos de disponibilização de acesso dos produtos para a CONTRATANTE;
 - c) A CONTRATADA deve comunicar a CONTRATANTE, por escrito e em tempo hábil, quaisquer anormalidades que impeçam a execução parcial ou total do objeto licitado, prestando todos os esclarecimentos necessários;
 - d) A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente relatório de consumo detalhado relativo a cada TC contratado.

- e) Cumprir todos os itens das especificações técnicas, entregando o objeto com qualidade e boa-fé;
- f) Entregar os produtos sem vícios ou falhas;
- g) Executar os serviços constantes do termo de referência, respeitando os prazos, volumes e níveis mínimos de serviços;
- h) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do contrato;
- i) Observar as obrigações estabelecidas no contrato e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;
- j) Fornecer suporte remoto à CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato para a solução de eventuais problemas nos produtos;
- k) Manter registro de todas as licenças fornecidas à CONTRATANTE, sendo capaz de prover todos os dados relativos às respectivas licenças, tais como: números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante;
- l) Cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- m) A CONTRATADA, deverá fornecer recursos “on-site” próprios ou do fabricante, com o conhecimento técnico necessário em apoio às necessidades da CONTRATANTE quanto ao dimensionamento e tuning dos projetos técnicos contratados;
- n) A CONTRATADA, deverá fornecer, sem ônus adicional, um total de 10 vagas em treinamentos oficiais Google, para cada Família (de acordo com cada lote), com direito a vouchers para as provas de Certificação, nas TRILHAS DE TREINAMENTO (Google Training) disponíveis em <https://cloud.google.com/training?hl=pt-br> ou nos treinamentos que vierem a substituí-las;
- o) A CONTRATADA deverá ministrar, conforme necessidade, treinamentos presenciais ou à distância, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, necessários ao correto entendimento das tabelas de preços, suas nomenclaturas, volumetria e aplicabilidade no ambiente da CONTRATANTE.

13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

É responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) Exigir da CONTRATADA o fornecimento dos SERVIÇOS E PRODUTOS nas idênticas condições assumidas quando da celebração do contrato;
- b) Solicitar, acompanhar, fiscalizar, exercer controle, administração e gestão do contrato;
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir os defeitos ou irregularidades encontradas nos produtos;
- d) Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela CONTRATADA;
- e) Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- f) Analisar, avaliar, determinar e registrar as falhas encontradas, assim como o não cumprimento das determinações, aplicando as penalidades previstas em contrato.

14. CONDIÇÕES DE GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

- 14.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso à Central de Atendimento para abertura e fechamento de chamados de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições estabelecidas neste TR;
- 14.2. Para os Serviços de Suporte Técnico deverá disponibilizar canais de acesso através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando a resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas;
- 14.3. Os Serviços de Suporte Técnico deverão ser acionados através da abertura de chamado técnico para resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas;
- 14.4. A abertura de chamados através da Central de Atendimento deverá gerar um número de protocolo para que a CONTRATANTE possa ter registro documental de abertura da ocorrência e realizar o acompanhamento e controle dos prazos para atendimento;
- 14.5. O Serviço de Suporte Técnico deve abranger atualização, correções e novas versões das APIs durante toda a vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 14.6. Para os Serviço de Suporte Técnico, a CONTRATANTE poderá abrir número ilimitado de chamados durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional;
- 14.7. O horário de atendimento do Serviço de Suporte Técnico deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e prestados em Português do Brasil.

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contratos da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;
- 15.2. Documentos Eletrônicos serão aceitos sendo comprovada sua autenticidade conforme estabelecido no Edital.
- 15.3. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado.

16. CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DE PROPOSTA

- 16.1. Os licitantes arrematantes (Lotes 1 e 2) face às especificidades e criticidades dos ambientes da Prodabel ou dos clientes da Prodabel, deverão apresentar **declaração de ciência** subscrita por seus respectivos representantes legais, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a comprovação de sua condição de **Parceiro Google**, dentre os seguintes níveis possíveis: **Partner** ou **Premier**, **sob pena de desclassificação da proposta**.
- 16.2. Os parceiros Google podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: <https://cloud.withgoogle.com/partners/?search=premier>
- 16.3. Quando da celebração do contrato, a Declaração de Parceria poderá ser **comprovada** mediante a apresentação de documentos pertinentes, emitidos em nome do Licitante pelo Fabricante.
- 16.4. Documentos Eletrônicos serão aceitos sendo comprovada sua autenticidade conforme estabelecido no Edital.

16.5. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Caberá ao CONTRATADO optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016 ou art. 56 da Lei Federal 8.666/1993. Garantia esta que será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

18. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O Registro de Preços terá vigência de 12 meses contados a partir da publicação da ARP no Diário Oficial do Município – DOM.

19. SANÇÕES APLICÁVEIS

19.1. No caso de inadimplemento contratual serão aplicadas as sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002 e 13.303/2016, Decretos Municipais nº 15.113/2013, 16.538/2016 e suas alterações pelo Decreto 17.335/2020, além do Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

20. DO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA PRODABEL

As partes, na execução do objeto deste Termo de Referência se obrigam a respeitar, cumprir os princípios e regras do Código de Conduta e Integridade da Prodabel, disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel/transparencia/programa-de-integridade>.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 21.1. O Fiscal e Gestor do contrato serão designados oportunamente, mediante Portaria, conforme art. 3º, do Decreto nº 15.185/13.
- 21.2. É vedada à participação de licitantes em regime de consórcio.
- 21.3. É vedada a subcontratação total ou parcial de terceiros para execução do objeto deste termo e seus anexos.

ANEXO I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO II - NOTA TÉCNICA 1 – VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

ANEXO III - NOTA TÉCNICA 2 – JUSTIFICATIVA DE MARCA - GOOGLE

ANEXO IV - ACORDO GOOGLE-PRODABEL PDB.036.2020.3.6.

ANEXO V - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO VI - TABELA DE REFERÊNCIA PARA A PROPOSTA – EXEMPLOS (LOTE 01 E LOTE 2)

ANEXO VII - TABELA DE REFERÊNCIA PARA A PROPOSTA – EXEMPLOS (LOTE 03)

ANEXO I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A empresa **xxx**, com sede na **xxx**, nº **xxx**, Bairro **xxx**, na Cidade de **xxx** Cep **xxx**, CNPJ/MF sob o nº **xxx**, neste ato representada por **xxx**, portador do CPF nº **xxx** e RG nº **xxx**, e a **xxxxx** (**Razão Social da CONTRATANTE**), com sede na (endereço da CONTRATANTE), CNPJ sob o nº **XXX**, Inscrição Estadual nº **XXXX**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo (CARGO), (NOME DO REPRESENTANTE), portador do CPF nº **XXX** e RG nº **XXX**, têm entre si justa e acertada a celebração do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, doravante denominado simplesmente “Termo”, através do qual a **CONTRATADA se obriga a não divulgar e/ou utilizar indevidamente sem autorização da CONTRATANTE, os dados e informações da PRODABEL e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)** a que tiver acesso em virtude da contratação realizada no contrato **xxx**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. As estipulações e obrigações constantes do presente Termo serão aplicadas a toda e qualquer Informação Confidencial que seja revelada à **CONTRATADA**, pelo serviço aqui especificado;
2. Para os fins deste Termo, “Informação Confidencial” significa qualquer informação, know-how e dados, sejam de caráter técnico ou não, que lhe seja revelada.
3. Neste ato, a **CONTRATADA** se compromete e se obriga a utilizar as Informações Confidenciais recebidas, exclusivamente para os propósitos deste Termo, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.
4. A **CONTRATADA** se compromete e se obriga a tomar todas as medidas necessárias à proteção da Informação Confidencial, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.
5. A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio da **CONTRATANTE**. Este consentimento, entretanto, não será necessário para cópias, reproduções ou duplicações destinadas para uso interno, pelos empregados da **CONTRATADA** que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos deste Termo. Tais empregados serão devidamente avisados pela **CONTRATADA** acerca da natureza confidencial de tal informação, estando vinculados aos termos do presente Termo.
6. A **CONTRATADA** se responsabiliza por eventuais divulgações efetuadas por seus empregados ou representantes.
7. A **CONTRATADA** se obriga a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual e/ou industrial relativos a informações confidenciais que venham a ser reveladas.
8. Todas as Informações Confidenciais reveladas permanecem como propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA**, eliminar todas e quaisquer cópias eventualmente existentes que contenham evidências de históricos a partir do momento em que o contrato for finalizado.
9. O não cumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade torna a **CONTRATADA** sujeita às penalidades previstas em lei.
10. Falhas, eventuais erros e omissões identificadas nas informações ora disponibilizadas deverão ser reportadas à **CONTRATANTE**.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO II**NOTA TÉCNICA 1 - VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

A participação de empresas reunidas em consórcio é admitida como forma de ampliação da competitividade, especialmente em licitações de grande vulto e/ou alta complexidade, em que, isoladamente, não teriam condições de suprir as complexidades do Objeto. Assim, expressamente dispõe o Regulamento de Licitações e contratos da PRODABEL, em seu artigo 41. Senão vejamos:

*“Artigo 41 – Consórcio: 1) A área demandante e a respectiva Diretoria devem decidir pela permissão ou não de participação em licitações de empresas reunidas em consórcio. 2) A permissão de participação em licitações de empresas reunidas em consórcio deve **ser motivada na ampliação da competitividade.**” Grifos Nossos.*

Ocorre que, para o Objeto em tela, por suas características específicas, a permissão de participação de empresas reunidas em consórcio não afetaria de forma positiva a ampliação da competitividade. Isso, pois, o mercado de fornecimento do Objeto não atua considerando o prisma do consorciamento. Também, trata-se de entrega, direta e imediata, de objeto indivisível. Bens considerados de “prateleira”, sem nenhuma customização específica para a PRODABEL.

O objeto em tela é um objeto comum, de fácil acesso no mercado, desta forma, a permissão para que empresas se organizem em consórcio não iria ampliar a concorrência/competitividade do certame.

Portanto, pelo exposto, para o certame em tela, pelas características do Objeto e, também, do mercado fornecedor, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

Renato Tamiette de Melo
Superintendente

Leonardo Augusto Roscoe da Rocha
Ordenador de despesas

ANEXO III**NOTA TÉCNICA 2 – JUSTIFICATIVA DE MARCA - GOOGLE**

A escolha da marca Google no presente processo licitatório se dá em caráter excepcional, visando à satisfação do interesse público.

A PBH, através da Prodabel, tem buscado modernizar sua infraestrutura de informática para suportar os projetos do executivo que beneficiam diretamente o cidadão. Neste sentido têm interesse em utilizar para suas atividades soluções de TIC de forma escalável, distribuída e ágil, e que, em virtude da evolução tecnológica possam desenvolver novas soluções ou adaptar soluções existentes, tornando natural o estabelecimento de parcerias com fabricantes renomados de tecnologia para desenvolvimento de soluções e prestação de serviços para desenvolver e aprimorar a gestão tecnológica da cidade.

Em 2019, foi feito o Chamamento Público 001/2019 para efetivar o Credenciamento de Fabricantes interessados em elaborar, em conjunto com a Prodabel, Acordos Técnicos visando a institucionalizar Tabelas de preços máximos. E em 23/09/2020, foi firmado o Acordo Google/Prodabel PDB.036.2020.3.6 cujo objetivo é estabelecer condições gerais para futuros negócios.

Os acordos técnicos não implicam em compromissos de aquisições, mas permitem à PRODABEL ter acesso à modelos de licenciamento de direito de uso de software e serviços junto a fabricantes que consideram o ambiente “Governo” estratégico para aquisições em volume diferenciado, e por isso, praticam preços com tabelas e descontos especiais, favoráveis à Administração Pública. À partir dos valores estabelecidos nestes acordos, os fornecedores competem nas licitações para oferecer o maior desconto possível.

Atualmente a Prodabel utiliza tecnologias da empresa Google como o G Suite que é a plataforma de colaboração corporativa utilizada em toda a PBH. Além do mais, a empresa possui infraestrutura própria para operacionalização de serviços em nuvem, expertise tecnológica na prestação destes serviços por meio de sua plataforma tecnológica integrada de soluções próprias que podem atender a Prodabel e seus clientes em suas necessidades de Transformação Digital.

Neste sentido, para atender a PBH e também a eventuais e futuras demandas que possam surgir, a Prodabel optou por elaborar um registro de preços para obter maiores descontos em cima das tabelas definidas no Acordo supracitado, motivo pelo qual se justifica a especificação da marca Google.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2021.

Renato Tamiette de Melo
Superintendente de Operações Datacenter

Leonardo Augusto Roscoe da Rocha
Diretor de Infraestrutura

ANEXO IV

ACORDO GOOGLE – PRODABEL PDB.036.2020.3.6.

(DISPONIBILIZADO ARQUIVO EM PDF)

O ARQUIVO CONTENDO O ACORDO GOOGLE ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE COM O PRESENTE EDITAL NO SITE **WWW.LICITACOES-E.COM.BR DO BANCO DO BRASIL E NO SITE WWW.PBH.GOV.BR.**

ANEXO V

Modelo de Planilha de proposta

À Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - PRODABEL

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N° ____ / 2021

OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento de produtos e serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica “Google”, conforme Acordo de Software PDB.036.2020.3.6 decorrente do Chamamento Público nº 001/2019, processo administrativo nº 01.043.351/20-21 firmado entre a Prodabel e a Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda.

LOTE01

Para o cumprimento do LOTE 01 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

O desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I “GCP – Google Cloud Platform” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

LOTE02

Para o cumprimento do LOTE 02 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

O desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família II “G-SUÍTE – Google Suite” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

LOTE03

Para o cumprimento do LOTE 03 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

A taxa de administração a ser aplicada sobre a família III “GMP – Google Maps Platform” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

Para efeito do Sistema de Pregão Eletrônico, tanto o desconto para o lote 01 e lote02 quanto a Taxa de Administração para o lote 03, deverão ser aplicados ao valor de referência de R\$ 100,00 (cem reais), obtendo-se a proposta em reais, de acordo com os exemplos constantes das Tabelas de Referência para as Propostas – Anexo VI E Anexo VII do termo de referência.

Valor da Proposta: Este é o valor por lote que será utilizado como critério de julgamento e que deverá ser lançado no sistema do Pregão Eletrônico	LOTE 01	R\$ _____ (_____)
	LOTE 02	R\$ _____ (_____)
	LOTE 03	R\$ _____ (_____)

_____, _____ de _____ de 2021.

Empresa Licitante

(Nome e assinatura do representante legal)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

ANEXO VI

Tabela de Referência para a Proposta – Exemplos (LOTE 01 E LOTE 2)

% de desconto	Valor de referência para julgamento	Proposta em R\$
0,25%	R\$ 100,00	R\$ 99,75
0,50%	R\$ 100,00	R\$ 99,50
0,75%	R\$ 100,00	R\$ 99,25
1,00%	R\$ 100,00	R\$ 99,00
1,25%	R\$ 100,00	R\$ 98,75
1,50%	R\$ 100,00	R\$ 98,50
1,75%	R\$ 100,00	R\$ 98,25
2,00%	R\$ 100,00	R\$ 98,00
2,25%	R\$ 100,00	R\$ 97,75
2,50%	R\$ 100,00	R\$ 97,50
2,75%	R\$ 100,00	R\$ 97,25
3,00%	R\$ 100,00	R\$ 97,00
3,25%	R\$ 100,00	R\$ 96,75
3,50%	R\$ 100,00	R\$ 96,50
3,75%	R\$ 100,00	R\$ 96,25
4,00%	R\$ 100,00	R\$ 96,00
4,25%	R\$ 100,00	R\$ 95,75
4,50%	R\$ 100,00	R\$ 95,50
4,75%	R\$ 100,00	R\$ 95,25
5,00%	R\$ 100,00	R\$ 95,00
10,00%	R\$ 100,00	R\$ 90,00
11,00%	R\$ 100,00	R\$ 89,00
12,00%	R\$ 100,00	R\$ 88,00
13,00%	R\$ 100,00	R\$ 87,00
14,00%	R\$ 100,00	R\$ 86,00
15,00%	R\$ 100,00	R\$ 85,00
16,00%	R\$ 100,00	R\$ 84,00
17,00%	R\$ 100,00	R\$ 83,00
18,00%	R\$ 100,00	R\$ 82,00
19,00%	R\$ 100,00	R\$ 81,00
20,00%	R\$ 100,00	R\$ 80,00
21,00%	R\$ 100,00	R\$ 79,00
22,00%	R\$ 100,00	R\$ 78,00
23,00%	R\$ 100,00	R\$ 77,00
24,00%	R\$ 100,00	R\$ 76,00
25,00%	R\$ 100,00	R\$ 75,00
26,00%	R\$ 100,00	R\$ 74,00
27,00%	R\$ 100,00	R\$ 73,00
28,00%	R\$ 100,00	R\$ 72,00
29,00%	R\$ 100,00	R\$ 71,00
30,00%	R\$ 100,00	R\$ 70,00

1 - Para efeito de julgamento e do Sistema de Pregão Eletrônico, o percentual de desconto adicional para o LOTE 1 e LOTE 2 deverá ser aplicado ao valor de referência de R\$ 100,00, obtendo-se o preço em reais.

2 – Exemplo da forma de cálculo: R\$ 100,00 com desconto adicional de 1% (um por cento) = R\$ 100,00 - R\$ 1,00 = R\$ 99,00.

ANEXO VII

Tabela de Referência para a Proposta – Exemplos (LOTE 3)

Taxa de Administração %	Valor de referência para julgamento	Proposta em R\$
0%	R\$ 100,00	R\$ 100,00
0,25%	R\$ 100,00	R\$ 100,25
0,50%	R\$ 100,00	R\$ 100,50
0,75%	R\$ 100,00	R\$ 100,75
1,00%	R\$ 100,00	R\$ 101,00
1,25%	R\$ 100,00	R\$ 101,25
1,50%	R\$ 100,00	R\$ 101,50
1,75%	R\$ 100,00	R\$ 101,75
2,00%	R\$ 100,00	R\$ 102,00
2,25%	R\$ 100,00	R\$ 102,25
2,50%	R\$ 100,00	R\$ 102,50
2,75%	R\$ 100,00	R\$ 102,75
3,00%	R\$ 100,00	R\$ 103,00
3,25%	R\$ 100,00	R\$ 103,25
3,50%	R\$ 100,00	R\$ 103,50
3,75%	R\$ 100,00	R\$ 103,75
4,00%	R\$ 100,00	R\$ 104,00
4,25%	R\$ 100,00	R\$ 104,25
4,50%	R\$ 100,00	R\$ 104,50
4,75%	R\$ 100,00	R\$ 104,75
5,00%	R\$ 100,00	R\$ 105,00
10,00%	R\$ 100,00	R\$ 110,00
11,00%	R\$ 100,00	R\$ 111,00
12,00%	R\$ 100,00	R\$ 112,00
13,00%	R\$ 100,00	R\$ 113,00
14,00%	R\$ 100,00	R\$ 114,00
15,00%	R\$ 100,00	R\$ 115,00
16,00%	R\$ 100,00	R\$ 116,00
17,00%	R\$ 100,00	R\$ 117,00
18,00%	R\$ 100,00	R\$ 118,00
19,00%	R\$ 100,00	R\$ 119,00
20,00%	R\$ 100,00	R\$ 120,00
21,00%	R\$ 100,00	R\$ 121,00
22,00%	R\$ 100,00	R\$ 122,00
23,00%	R\$ 100,00	R\$ 123,00
24,00%	R\$ 100,00	R\$ 124,00
25,00%	R\$ 100,00	R\$ 125,00
26,00%	R\$ 100,00	R\$ 126,00
27,00%	R\$ 100,00	R\$ 127,00
28,00%	R\$ 100,00	R\$ 128,00
29,00%	R\$ 100,00	R\$ 129,00
30,00%	R\$ 100,00	R\$ 130,00

1 - Para efeito de julgamento e do Sistema de Pregão Eletrônico, a Taxa de Administração para o LOTE 3 deverá ser acrescida ao valor de referência, obtendo-se o preço em reais.

2 – Exemplo da forma de cálculo: R\$ 100,00 + 1,00% (um por cento) = R\$ 1,00. Portanto, o valor a ser apresentado para hipotética oferta de taxa de administração de 1% será de R\$ 101,00.

DESCRIÇÃO DOS LOTES

LOTE	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO/TAXA-DE ADMINISTRAÇÃO
Lote 1	GCP – Google Cloud Platform (Família I) – Suíte de computação em nuvem pública	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 2	WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas.	Maior desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família II da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 3	GMP – Google Maps (Família III) - Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra	Menor taxa de administração a ser aplicada linearmente sobre a família III da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao(A)

Pregoeiro(a),

Prezado(a) Senhor(a):

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico 009/2021, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Nome da empresa: _____

Endereço: _____ Telefone/Fax: _____

E-mail: _____ Site: _____

CNPJ/MF: _____ Inscrição estadual: _____

Nome do banco: _____ Número da agência: _____ Conta número: _____

Nome completo, C.I. e CPF do (s) signatário (s) do Responsável Legal: _____

Condição e prazo de pagamento (conforme Edital e seus anexos): _____

Garantia do objeto (quando for o caso): _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento de produtos e serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica “Google”, conforme Acordo de Software PDB.036.2020.3.6 decorrente do Chamamento Público nº 001/2019, processo administrativo nº 01.043.351/20-21 firmado entre a Prodabel e a Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda.

LOTE01

Para o cumprimento do LOTE 01 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

O desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I “GCP – Google Cloud Platform” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

LOTE02

Para o cumprimento do LOTE 02 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

O desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família II “G-SUÍTE – Google Suite” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

LOTE03

Para o cumprimento do LOTE 03 da licitação em referência, ofertamos o preço conforme quadro:

A taxa de administração a ser aplicada sobre a família III “GMP – Google Maps Platform” da Tabela de Serviços e Preços do Acordo GOOGLE – PDB.036.2020.3.6 é de:	_____ % (..... por cento)
--	---------------------------

Para efeito do Sistema de Pregão Eletrônico, tanto o desconto para o lote 01 e lote02 quanto a Taxa de Administração para o lote 03, deverão ser aplicados ao valor de referência de R\$ 100,00 (cem reais), obtendo-se a proposta em reais, de acordo com os exemplos constantes das Tabelas de Referência para as Propostas – Anexo VI E Anexo VII do termo de referência.

	LOTE 01	R\$ _____ (_____)
	LOTE 02	R\$ _____ (_____)

Valor da Proposta: Este é o valor por lote que será utilizado como critério de julgamento e que deverá ser lançado no sistema do Pregão Eletrônico	LOTE 03	R\$ _____ (_____)
--	---------	-------------------

Observação: No preenchimento deverá ser observado o disposto no Anexo V (Modelo de Planilha de Proposta), Anexos VI e VII – Tabelas de Referência para a Proposta – Exemplos (LOTE 01 E LOTE 02) e (LOTE 03) do Termo de Referência que integra este Edital.

- Declaramos ainda para os devidos fins, sob as penas da lei:
 - a) Que estamos cientes e concordamos com as condições contidas nos termos constantes do Edital e seus anexos, bem como que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos;
 - b) Cumprimos todos os requisitos previstos na legislação pertinente ao objeto, para a execução do contrato;
 - c) Que essa Proposta Comercial tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação formal à Prodabel.
- Os licitantes arrematantes (Lotes 1 e 2) face às especificidades e criticidades dos ambientes da Prodabel ou dos clientes da Prodabel, deverão apresentar **declaração de ciência** subscrita por seus respectivos representantes legais, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a comprovação de sua condição de **Parceiro Google**, dentre os seguintes níveis possíveis: **Partner** ou **Premier, sob pena de desclassificação da proposta.**
- Os parceiros Google podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: <https://cloud.withgoogle.com/partners/?search=premier>
- Quando da celebração do contrato, a Declaração de Parceria poderá ser **comprovada** mediante a apresentação de documentos pertinentes, emitidos em nome do Licitante pelo Fabricante.
- Documentos Eletrônicos serão aceitos sendo comprovada sua autenticidade conforme estabelecido no Edital.
- Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado.

Local e data: _____

(Assinatura autorizada, devidamente identificada)

Endereço para entrega dos documentos:

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A - PRODABEL-GCAA-PB Avenida Presidente Carlos Luz nº 1.275, bairro Caiçaras, Belo Horizonte, MG – CEP: 31.230-000

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04-000.293/21-39

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DE SUA PUBLICAÇÃO.

ATA Nº _____/_____

Aos ___ dias do mês de _____ de 2021, a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – Prodabel, CNPJ/MF nº 18.239.038.0001-87, Inscrição Estadual nº 062.392.867.00-33, NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, Gestora da Ata estabelecida na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1.275, bairro Caiçara, CEP 31.230-000, Belo Horizonte/MG, neste ato representada por seu Diretor de Infraestrutura, Leonardo Augusto Roscoe da Rocha, C.I. n.º MG: 4.030.202, CPF n.º 762.399.696-72, nos termos da Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002, 12.846/2013 e 13.303/2016, Decretos Municipais n.º 10.710/2001, 11.245/2003, 12.436/2006, 12.437/2006, 15.113/2013, 16.535/2016, 16.538/2016, e suas alterações conforme Decreto Municipal 17.335/2020 Leis Complementares nº 101/2000, 123/2006 e 147/2014, além do seu Regulamento de Licitações e Contratos, registrou o percentual de desconto da empresa abaixo qualificada, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 009/2021, cujo objeto é o fornecimento de produtos e serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica “Google”, conforme Acordo de Software PDB.036.2020.3.6 decorrente do Chamamento Público nº 001/2019, processo administrativo nº 01.043.351/20-21 firmado entre a Prodabel e a Google Cloud Brasil Computação e Serviços Ltda, referenciadas no anexo deste instrumento que contém: Lote 1 – GCP – Google Cloud Platform (Família I) – Suíte de computação em nuvem pública, com DESCONTO ADICIONAL de xxx%; Lote 2 – WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas., com DESCONTO adicional de xxx%; e Lote 3 – WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas, com TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE xxx%, conforme especificações técnicas do Termo de Referência e anexos deste Edital.

Sujeitando-se as partes signatárias às cláusulas e condições de acordo com as exigências do Edital do Pregão supracitado. As especificações e cláusulas do Contrato, que vier a ser assinado em decorrência desta ARP, assim como os termos da proposta comercial, integram esta ARP, independentemente de transcrição.

Esta ARP vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

LOTE X	
Empresa Classificada:	
CNPJ/MF/INSC. ESTADUAL nº:	
Endereço:	
Telefone/Fax:	
E-mail:	
Responsável pela empresa/CPF e C.I. nº:	
Prazo de Entrega:	
Data da Pesquisa do percentual de desconto/taxa de administração:	

Vinculam-se a esta ata, o Edital do Pregão 009/2020, o Termo de Referência - Especificações técnicas, a proposta da CONTRATADA e todos os direitos, obrigações e demais cláusulas constantes no Contrato independentes de transcrição.

DESCRIÇÃO DOS LOTES

LOTE	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Lote 1	GCP – Google Cloud Platform (Família I) – Suíte de computação em nuvem pública	Desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família I da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 2	WORKSPACE - (Família II) - Plataforma de colaboração e comunicação provida como serviço em nuvem, que fornece soluções corporativas.	Desconto adicional a ser aplicado linearmente sobre a família II da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.
Lote 3	GMP – Google Maps (Família III) - Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra	Taxa de administração a ser aplicada linearmente sobre a família III da tabela de serviços e preços do acordo GOOGLE - PDB.036.2020.3.6.

Este Processo de Registro de Preços terá Cota Máxima no valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) conforme deliberação CCG no Ofício 651/2020, demanda no 1889/2020.

Além da Gestora da Ata, PRODABEL, são partícipes deste Registro de Preços:

- Controladoria Geral do Município;
- Procuradoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;
- Secretaria Municipal de Cultura;
- Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Secretaria Municipal de Governo;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Secretaria Municipal de Política Urbana;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção;
- Fundação Municipal de Cultura;
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte;
- Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica;
- Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte;
- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte;
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital;
- Superintendência de Limpeza Urbana;
- Hospital Metropolitano Odilon Behrens;
- Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro;
- PBH Ativos S/A.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, de de 2021.

Detentor da Ata de Registro de Preços
(Assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo/Empresa

Leonardo Augusto Roscoe da Rocha
Ordenador de Despesas
PRODABEL

Comissão de Registro de Preços e Licitações
PRODABEL

ANEXO IV**Minuta de Contrato regida pela Lei Federal nº 8.666/1993****CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS E
SERVIÇOS SOB DEMANDA DA PLATAFORMA GOOGLE,
XXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM****[Nome do Participante] E A [Empresa Detentora da Ata de
Registro de Preços]****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º xxxxxxxx****PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxxxxxxxxx****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: xxxxxxxx**

O **Município de Belo Horizonte**, por intermédio da [Nome do Participante], com sede na Avenida Afonso Pena, 1212, Centro, CEP: 30.170-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ/MF 18.715.383/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e a **xxxxxxx**, , com sede na xxxxxx , n.º xxx, bairro xxxx, CEP xxxxxx, CNPJ/MF n.º xxxx, Inscrição Estadual n.º xxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por seu xxxxxx, xxxxxxxx, C.I. n.º xxxxxxxx, CPF n.º xxxxxxxx, celebram, entre si, **Contrato de Fornecimento de Produtos e Serviços da Plataforma Tecnológica Google**, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital, mediante as cláusulas e condições que se seguem, reciprocamente estipuladas e aceitas. Este Contrato vincula-se ao Processo de Licitação Pregão Eletrônico nº xxxx/xxxxx e à Proposta da CONTRATADA, regendo-se pelas Leis Federais 8.666/1993, 10.520/2002, 12.846/13, Decretos Municipais 10.710/01, 11.245/03, 12.436/06, 12.437/06, 15.113/13, 16.535/16, LC 101/00, LC 123/2006 e LC 147/14, conforme descrito no Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o fornecimento de Produtos e Serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica *Google*, conforme abaixo:

LOTE	ITEM/ DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	XXXXXXXXXX	XX	XXXX	XXXX

Parágrafo Único. As características técnicas e quantidades estão especificadas no item 2.2 do Termo de Referência, parte integrante do Edital e deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

Constituem partes integrantes do presente contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, bem como o edital da licitação xxx/xxx, independentemente de transcrição, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste Contrato, prevalecerão às regras contidas no edital da licitação.

Parágrafo Segundo. São anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante o Termo de Referência e as Especificações Técnicas

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Este Contrato é regulado pelas suas cláusulas, pela Lei 8.666/1993 e Decretos Municipais 10.710/01, 11.245/03, 12.436/06, 12.437/06, 15.113/13, 16.535/16.

CLÁUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO

Em atendimento ao disposto no Decreto Municipal 13.757 de 26 de outubro de 2009, fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos Contratos, que implique custos adicionais ou alteração conceitual dos projetos.

Parágrafo Primeiro. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços;

Parágrafo Segundo. Não constitui alteração contratual vedada, o reajuste de preços previsto neste Contrato;

Parágrafo Terceiro. Excetua-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal da CONTRATANTE, em processo próprio, com justificativa da imprescindibilidade da alteração.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços contratados, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução desses serviços, não restringindo em nada a responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. Os produtos deverão ser novos, em linha de produção e deverão atender os requisitos

exigidos pela CONTRATANTE para efetivo controle na qualidade destes. Os serviços prestados deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e aplicáveis, não sendo admitido reuso de materiais ou ainda adaptações e/ou recursos técnicos em substituição a materiais faltantes.

Parágrafo Segundo. A qualquer tempo, a CONTRATANTE através da PRODABEL, sem aviso prévio, poderá realizar diligências para fiscalização do andamento da execução do contrato, da conformidade dos serviços contratados e demais itens que integram este instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sem prejuízo da garantia, contados a partir da data de assinatura.

Parágrafo Único. Respeitados os limites da Lei 8.666/1993 o presente contrato poderá ser prorrogado, por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, devidamente assinada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Único. Os produtos deverão ser entregues com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência anexo, e deverão conter no mínimo as seguintes informações: *part-number* ou *SKU*, descrição/nome dos serviços, quantidade, tipo, moeda, câmbio, métricas de licenciamento, data de vigência inicial/final, suporte, SLA, valor unitário e valor total, descontos.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DA EXECUÇÃO

Os equipamentos deverão ser entregues pela CONTRATADA nos endereços indicados nos instrumentos contratuais futuros.

Parágrafo Único. É necessário o aviso de entrega com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, agendando a data e horário diretamente com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

Pela execução do objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ xxxxxxxxxxx (xx).

Parágrafo Único. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, bem como toda mão de obra especializada para avaliações e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos contados do

adimplemento da obrigação. Considera-se adimplida a obrigação com a entrega do objeto e com seu aceite definitivo pelo Fiscal do Contrato.

Parágrafo Primeiro. As tabelas de produtos e serviços do Acordo de Softwares poderão ser apresentadas em dólar, entretanto, serão convertidas em reais pela cotação de Câmbio PTAX (venda) emitida pelo Banco Central quando da efetiva aquisição.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a Nota Fiscal / Fatura até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação de serviços, juntamente com as comprovações dos serviços realizados no período.

Parágrafo Terceiro. Não sendo observado o prazo previsto no parágrafo anterior e demais condições previstas nesta cláusula, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário na conta indicada na Nota Fiscal.

Parágrafo Quinto. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, ele será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no *caput* reiniciará a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pelo Fiscal.

Parágrafo Sexto. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, quando couber, à retenção na fonte dos seguintes tributos:

- I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da legislação vigente;
- II. Contribuição previdenciária, na forma da legislação vigente;
- III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da legislação vigente;
- IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

Parágrafo Sétimo. No caso de haver retenção, a CONTRATADA discriminará individualmente no documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) o percentual e o valor do(s) tributo(s) a ser(em) retido(s).

Parágrafo Oitavo. Caso a CONTRATADA seja enquadrada no sistema de pagamento de impostos SIMPLES, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar, a cada pagamento, à CONTRATANTE, declaração, na forma do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 459, de 17 de outubro de 2004 - SRF, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

Parágrafo Nono. Quando cabível a retenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e os serviços tenham sido prestados fora da praça de Belo Horizonte/MG, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, e como condição para seu pagamento, a guia de recolhimento emitida pelo Município.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA sediada em outro município deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, informando a existência ou não de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação estabelecidos no município de Belo Horizonte. Nos casos de declaração informando positivamente a existência de estruturas supracitadas, o ISSQN será devido para o município de Belo Horizonte, conforme Decreto Municipal nº 17.174 de 27/09/2019, artigo 2º.

Parágrafo Décimo Primeiro. As Notas Fiscais Eletrônicas (NFE-s) deverão conter, no mínimo, as informações previstas em lei e ser encaminhadas para o endereço eletrônico fornecido posteriormente pela CONTRATANTE e para o Fiscal do Contrato, acompanhadas do arquivo no formato .xml.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação estão programadas na(s) seguinte(s) dotação(s) orçamentária(s) de nº
XXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Os preços ora contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento, tendo como indexador o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro índice que vier substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro. O reajuste somente será concedido mediante solicitação expressa da CONTRATADA acompanhada da respectiva memória de cálculo.

Parágrafo Segundo. O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data da assinatura do Contrato ou de aplicação do último reajuste.

Parágrafo Terceiro. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso à Central de Atendimento para abertura e fechamento de chamados de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro. Para os Serviços de Suporte Técnico deverá disponibilizar canais de acesso através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando a resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas.

Parágrafo Segundo. Os Serviços de Suporte Técnico deverão ser acionados através da abertura de chamado técnico para resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas.

Parágrafo Terceiro. A abertura de chamados através da Central de Atendimento deverá gerar um número de protocolo para que a CONTRATANTE possa ter registro documental de abertura da ocorrência e realizar o acompanhamento e controle dos prazos para atendimento.

Parágrafo Quarto. O Serviço de Suporte Técnico deve abranger atualização, correções e novas versões das APIs durante toda a vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. Para os Serviço de Suporte Técnico, a CONTRATANTE poderá abrir númeroilimitado de chamados durante a vigência do Contrato, sem qualquer ônus adicional.

Parágrafo Sexto. O horário de atendimento do Serviço de Suporte Técnico deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e prestados em Português do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA obriga-se a apresentar garantia à CONTRATANTE, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme determina Lei 8.666/1993, podendo optar por:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo Primeiro. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, ela deverá ser recolhida no Banco XXX, Agência XXXX e Conta XXX-X.

Parágrafo Segundo. A Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário e deverá prever expressamente:

- a) Responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA;
- b) Vigência pelo prazo contratual;
- c) Prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Terceiro. A Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil, prevendo expressamente:

- a) Renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;
- b) Vigência pelo prazo contratual;
- c) Prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração

de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Quarto. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. O recolhimento da garantia deve ser prévio à assinatura do Contrato e a garantia suplementar dos Termos Aditivos até 5 (cinco) dias após sua assinatura.

Parágrafo Sexto. O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CONTRATANTE, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CONTRATANTE, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

Parágrafo Oitavo. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução e cumprimento integral do presente Contrato, nos termos do § 4º, do art. 70, da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Nono. A garantia na modalidade caução em dinheiro será atualizada monetariamente pelo índice da caderneta de poupança quando da sua restituição, e não contemplando remuneração *pro rata die*.

Parágrafo Décimo. Poderá ser incorporada ao patrimônio municipal a caução em dinheiro apresentada em garantia para execução de contratos administrativos, desde que não tenha sido requerida pelo interessado no prazo de 5 (cinco) anos contados da data do termo de recebimento definitivo do objeto executado, porquanto operada a prescrição.

Parágrafo Décimo Primeiro. A garantia do Contrato deverá ter prazo de validade superior em 02 (dois) meses do prazo da garantia dos objetos e serviços contratados, ainda que o Contrato de fornecimento e de prestação de serviço expire a vigência antes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato assegurará às partes o direito de rescisão, nos termos do da Lei 8.666/93, sendo reconhecido à Administração os direitos de que trata a mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital e na legislação vigente, compete à CONTRATADA:

- I. A CONTRATADA será responsável, fim-a-fim, por intermediar, entregar, demonstrar, gerenciar, recolher todos os impostos e apoiar as aquisições da CONTRATANTE junto à empresa GOOGLE;
- II. Arcar com os custos de disponibilização de acesso dos produtos para a CONTRATANTE;
- III. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito e em tempo hábil, quaisquer anormalidades que impeçam a execução parcial ou total do objeto licitado, prestando todos os esclarecimentos necessários;
- IV. Cumprir todos os itens das especificações técnicas, entregando o objeto com qualidade e boa-fé;
- V. Entregar os produtos sem vícios ou falhas;
- VI. Executar os serviços constantes do Contrato, respeitando os prazos, volumes e níveis mínimos de serviços;
- VII. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do Contrato;
- VIII. Observar as obrigações estabelecidas neste Contrato e no Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;
- IX. Fornecer suporte remoto à CONTRATANTE, durante toda a vigência contratual para a solução de eventuais problemas nos produtos;
- X. Manter registro de todas as licenças fornecidas à CONTRATANTE, sendo capaz de prover todos os dados relativos às respectivas licenças, tais como: números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante;
- XI. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere a tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- XII. Fornecer recursos “*on-site*” próprios ou do fabricante, com o conhecimento técnico necessário em apoio às necessidades da CONTRATANTE quanto ao dimensionamento e *tunning* dos projetos técnicos contratados;
- XIII. Fornecer, sem ônus adicional, um total de 10 (dez) vagas em treinamentos oficiais *Google*, com direito a *vouchers* para as provas de Certificação, nas TRILHAS DE TREINAMENTO (*Google Training*) disponíveis em <https://cloud.google.com/training?hl=pt-br> ou nos treinamentos que vierem a substituí-las;
- XIV. Ministras, conforma necessidade, treinamentos presenciais ou à distância, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, necessários ao correto entendimento das tabelas de preços, suas nomenclaturas, volumetria e aplicabilidade no ambiente da CONTRATANTE;
- XV. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, não restando excluída

ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital e na legislação vigente, compete à CONTRATANTE:

- I. Exigir da CONTRATADA o fornecimento dos serviços e produtos nas idênticas condições assumidas quando da celebração do Contrato;
- II. Solicitar, acompanhar, fiscalizar, exercer controle, administração e gestão do Contrato;
- III. Notificar a CONTRATADA por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir os defeitos ou irregularidades encontradas nos produtos;
- IV. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela CONTRATADA;
- V. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- VI. Analisar, avaliar, determinar e registrar as falhas encontradas, assim como o não cumprimento das determinações, aplicando as penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A especificação do fornecimento e da prestação do serviço seguirá o disposto no item 7 do Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto que trata este Contrato será recebido da seguinte forma:

- I. Toda informação e comunicação relativa ao licenciamento dos produtos ou serviços tais como: chaves de acesso, tabelas de preços, extinção e/ou alteração de produtos e assuntos correlatos deverão ser enviadas no endereço eletrônico a ser informado pela CONTRATANTE nos instrumentos contratuais futuros.
- II. A CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite provisório quando da entrega do objeto.
- III. Serão realizados testes pela CONTRATANTE ou equipe por ela indicada nos produtos e serviços contratados, para averiguação da conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, sem defeitos de funcionamento e na quantidade solicitada.
- IV. Deverá emitir o Termo de Aceite definitivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para os produtos e/ou serviços.
- V. Encontrando irregularidades e/ou nos casos em que os produtos entregues não estejam em conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, apresentem defeitos de funcionamento ou ainda, estejam incompletos, deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- VI. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas,

no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

- VII. A ativação dos produtos e serviços na Cláusula Primeira deste instrumentos será de responsabilidade da CONTRATANTE.
- VIII. Nos casos em que os produtos ou serviços entregues não estejam em conformidade com o solicitado ou a documentação disponibilizada, apresentem defeitos e/ou mal funcionamento ou ainda, estejam incompletos, os pagamentos serão suspensos até que os problemas sejam integralmente sanados.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deve fornecer aos funcionários da CONTRATANTE, chaves de acesso e instruções de uso do *Customer Portal* (ou equivalente), minimamente para 02 (dois) contatos principais e 04 (quatro) secundários. As chaves devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: certificados_software@prodabel.gov.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto

descrito neste instrumento contratual.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do Contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

Parágrafo Oitavo A CONTRATADA não será permitida deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Nono A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo Décimo Primeiro A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo Décimo Segundo. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo Terceiro. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

Parágrafo Décimo Quarto. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

Parágrafo Décimo Quinto. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente as obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A designação do Gestor e Fiscal do Contrato será realizada através de portaria publicada no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, para melhor adaptar suas previsões ao interesse da CONTRATANTE, nos termos e limites da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo e Termode Apostila, quando admitido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIA

Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por carta, telegrama ou por e-mail, desde que com comprovação do recebimento.

Parágrafo Primeiro. Não serão admitidas comunicações informais;

Parágrafo Segundo. Toda a comunicação será feita, formalmente, entre o Gestor e/ou Fiscal do Contrato por parte da CONTRATANTE e o preposto nomeado por procuração da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CESSÃO DO CONTRATO

O presente Contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por terceiros.

Parágrafo Único. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

Para a participação neste instrumento contratual, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATANTE rejeitará a(s) proposta(s) elencada(s) no parágrafo anterior e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o contratado, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a vigência do presente Contrato.

Parágrafo Segundo. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas será denunciada à Controladoria Geral do Município - CTGM, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do Decreto Municipal 16.954/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a às seguintes penalidades:

- I. Advertência
- II. Multas, nos seguintes percentuais:
 - a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.
 - b) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
 - c) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.
 - d) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
 - f) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
 - g) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.
- III. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo Segundo. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente.

Parágrafo Terceiro. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal competente.

Parágrafo Quarto. No caso de eventuais infrações cometidas no processo licitatório ou de inadimplemento contratual, serão aplicadas as sanções previstas nas Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais 15.113/2013, 16.954/2018, 16.538/2016 e 17.317/2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a CONTRATADA:

- I. Infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato;
- II. Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- III. Transferir ou ceder o presente Contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- IV. Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste Contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- V. Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata a CONTRATANTE;
- VI. Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- VII. Ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- VIII. Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA.
- IX. Associar-se com outrem, bem como realizar fusão, cisão ou incorporação, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. A rescisão do Contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;

- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação da obrigação.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Terceiro. A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato.

Parágrafo Quarto. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Termo de Apostila, quando couber.

Parágrafo Quinto. Os direitos decorrentes deste instrumento contratual eventualmente assinado, não poderão em hipótese alguma, ser negociados com instituições financeiras, não se responsabilizando a CONTRATANTE por quaisquer consequências oriundas de tais transações, respondendo, ainda, a CONTRATADA por perdas e danos.

Parágrafo Sexto. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

Parágrafo Sétimo. Os atestados internacionais deverão ser traduzidos para a língua portuguesa por meio de tradutor juramentado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município - DOM e correrá por conta e ônus da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

É competente o foro de Belo Horizonte/MG para a solução de eventuais litígios decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de Contrato, em 02 (duas) vias, para um só efeito.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2021.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
XXXXX
CONTRATADA

ANEXO V

Minuta de Contrato regida pela Lei Federal nº 13.303/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS SOB DEMANDA DA PLATAFORMA GOOGLE, XXXXXXXXX, QUE

ENTRE SI CELEBRAM [Nome do Participante] E A [Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços]

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º xxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxxxxxxxxx

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: xxxxxxxx

A [Nome do Participante], estabelecida na [endereço completo], CNPJ nº [nº do CNPJ], doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por [Cargo e Responsável Legal do Órgão Participante], e a Empresa [razão social da CONTRATADA], CNPJ/MF nº [nº do CNPJ], estabelecida na [endereço completo], neste ato representada por seu [cargo e nome completo do Representante Legal], CPF n.º [nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram em decorrência da licitação Pregão Eletrônico nº xxxx/xxxxx, o presente Contrato, sendo regulado pela Lei Federal 13.303/2016, pelo Regulamento Interno da CONTRATANTE, pelos preceitos de direito privado, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas, reciprocamente estipuladas e aceitas, vinculando-se ao Termo de Referência e seus anexos, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o fornecimento de Produtos e Serviços sob demanda, da Plataforma Tecnológica *Google*, conforme abaixo:

LOTE	ITEM/ DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	XXXXXXXXXX	XX	XXXX	XXXX

Parágrafo Único. As características técnicas e quantidades estão especificadas no item 2.2 do Termo de Referência, parte integrante do Edital e deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

Constituem partes integrantes do presente Contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, bem como o edital da licitação xxx/xxx, independentemente de transcrição, nos termos da Lei

Federal 13.303/2016.

Parágrafo Primeiro. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste contrato, prevalecerão às regras contidas no edital da licitação.

Parágrafo Segundo. São anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante o Termo de Referência e as Especificações Técnicas

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Este contrato é regulado pelas suas cláusulas, pela Lei 13.303/2016 e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de XXX (XXX) meses, sem prejuízo da garantia, contados a partir da data de assinatura.

Parágrafo Único. Respeitados os limites da Lei 13.303/2016, o presente contrato poderá ser prorrogado, por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a CONTRATANTE e atendidos os preceitos do seu Regulamento de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, devidamente assinada pela CONTRATANTE

Parágrafo Único. Os produtos deverão ser entregues com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência anexo, e deverão conter no mínimo as seguintes informações: *part-number* ou *SKU*, descrição/nome dos serviços, quantidade, tipo, moeda, câmbio, métricas de licenciamento, data de vigência inicial/final, suporte, SLA, valor unitário e valor total, descontos.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA EXECUÇÃO

O objeto contratado deverá ser entregue nos locais indicados pela CONTRATANTE em instrumentos contratuais futuros.

Parágrafo Primeiro. O objeto contratado deverá ser entregue na XXXXX,XXX, bairro XXXX,XXXXX - XX, durante o horário de funcionamento, das XXh às XXh e das XXh às XXh

Parágrafo Segundo. É necessário realizar aviso de entrega, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, agendando data e horário, sob pena de não recebimento por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

Pela execução do objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à o valor total de R\$(XX).

Parágrafo Único. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, bem como toda mão de obra especializada para avaliações e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos contados do adimplemento da obrigação. Considera-se adimplida a obrigação com a entrega do objeto e com seu aceite definitivo pelo Fiscal do Contrato.

Parágrafo Primeiro. As tabelas de produtos e serviços do Acordo de Softwares poderão ser apresentadas em dólar, entretanto, serão convertidas em reais pela cotação de Câmbio PTAX (venda) emitida pelo Banco Central quando da efetiva aquisição.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a Nota Fiscal / Fatura até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação de serviços, juntamente com as comprovações dos serviços realizados no período.

Parágrafo Terceiro. Não sendo observado o prazo previsto no parágrafo anterior e demais condições previstas nesta cláusula, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para à CONTRATANTE .

Parágrafo Quarto. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário na conta indicada na Nota Fiscal.

Parágrafo Quinto. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, ele será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no *caput* reiniciará a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pelo fiscal.

Parágrafo Sexto. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, quando couber, à retenção na fonte dos seguintes tributos:

- I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da legislação vigente;
- II. Contribuição previdenciária, na forma da legislação vigente;
- III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da legislação vigente;
- IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

Parágrafo Sétimo. No caso de haver retenção, a CONTRATADA discriminará individualmente no documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) o percentual e o valor do(s) tributo(s) a ser(em) retido(s).

Parágrafo Oitavo. Caso a CONTRATADA seja enquadrada no sistema de pagamento de impostos

SIMPLES, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar, a cada pagamento, à CONTRATANTE, declaração, na forma do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 459, de 17 de outubro de 2004 - SRF, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

Parágrafo Nono. Quando cabível a retenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN e os serviços tenham sido prestados fora da praça de Belo Horizonte/MG, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, e como condição para seu pagamento, a guia de recolhimento emitida pelo Município.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA sediada em outro município deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, informando a existência ou não de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação estabelecidos no município de Belo Horizonte. Nos casos de declaração informando positivamente a existência de estruturas supracitadas, o ISSQN será devido para o município de Belo Horizonte, conforme Decreto Municipal 17.174 de 27/09/2019.

Parágrafo Décimo Primeiro. As Notas Fiscais Eletrônicas (NFE-s) deverão conter, no mínimo, as informações previstas em lei e ser encaminhadas para o endereço eletrônico fornecido posteriormente pela CONTRATANTE e para o Fiscal do Contrato, acompanhadas do arquivo no formato .xml.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação estão programadas na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

Os preços ora contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento, tendo como indexador o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro índice que vier substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro. O reajuste somente será concedido mediante solicitação expressa da CONTRATADA acompanhada da respectiva memória de cálculo.

Parágrafo Segundo. O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data da assinatura do contrato ou da aplicação do último reajuste.

Parágrafo Terceiro. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso à Central de Atendimento para abertura e fechamento de chamados de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro. Para os Serviços de Suporte Técnico deverá disponibilizar canais de acesso através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando a resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas.

Parágrafo Segundo. Os Serviços de Suporte Técnico deverão ser acionados através da abertura de chamado técnico para resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas.

Parágrafo Terceiro. A abertura de chamados através da Central de Atendimento deverá gerar um número de protocolo para que a CONTRATANTE possa ter registro documental de abertura de ocorrência e realizar o acompanhamento e controle dos prazos para atendimento.

Parágrafo Quarto. O Serviço de Suporte Técnico deve abranger atualização, correções e novas versões das APIs durante toda a vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. Para os Serviços de Suporte Técnico, a CONTRATANTE poderá abrir número ilimitado de chamados durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional.

Parágrafo Sexto. O horário de atendimento do Serviço de Suporte Técnico deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e prestados em Português do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA obriga-se a apresentar garantia à CONTRATANTE, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, conforme determina a Lei 13.303/2016, podendo optar por:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo Primeiro. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, ela deverá ser recolhida em conta a ser informada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. A Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário e deverá prever expressamente:

- a) Responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA;
- b) Vigência pelo prazo contratual;
- c) Prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Terceiro. A Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil, prevendo expressamente:

- a) Renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;
- b) Vigência pelo prazo contratual;
- c) Prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Quarto. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. O recolhimento da garantia deve ser prévio à assinatura do Contrato e a garantia suplementar dos Termos Aditivos até 5 (cinco) dias após sua assinatura.

Parágrafo Sexto. O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CONTRATANTE, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CONTRATANTE, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

Parágrafo Oitavo. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução e cumprimento integral do presente Contrato, nos termos da Lei 13.303/16.

Parágrafo Nono. A garantia na modalidade caução em dinheiro será atualizada monetariamente pelo índice da caderneta de poupança quando da sua restituição, e não contemplando remuneração pro rata die.

Parágrafo Décimo. Poderá ser incorporada ao patrimônio municipal a caução em dinheiro apresentada em garantia para execução de contratos administrativos, desde que não tenha sido requerida pelo interessado no prazo de 5 anos contados da data do termo de recebimento definitivo do objeto executado, porquanto operada a prescrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital e na legislação vigente, compete à CONTRATADA:

- I. A CONTRATADA será responsável, fim-a-fim, por intermediar, entregar, demonstrar, gerenciar, recolher todos os impostos e apoiar as aquisições da CONTRATANTE junto à empresa GOOGLE;
- II. Arcar com os custos de disponibilização de acesso dos produtos para a CONTRATANTE;
- III. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito e em tempo hábil, quaisquer anormalidades que

- impeçam a execução parcial ou total do objeto licitado, prestando todos os esclarecimentos necessários;
- IV. Cumprir todos os itens das especificações técnicas, entregando o objeto com qualidade e boa-fé;
 - V. Entregar os produtos sem vícios ou falhas;
 - VI. Executar os serviços constantes do Contrato, respeitando os prazos, volumes e níveis mínimos de serviços;
 - VII. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do Contrato;
 - VIII. Observar as obrigações estabelecidas nets Contrato e no Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;
 - IX. Fornecer suporte remoto à CONTRATANTE, durante toda a vigência contratual para a solução de eventuais problemas nos produtos;
 - X. Manter registro de todas as licenças fornecidas à CONTRATANTE, sendo capaz de prover todos os dados relativos às respectivas licenças, tais como: números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante;
 - XI. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere a tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
 - XII. Fornecer recursos “*on-site*” próprios ou do fabricante, com o conhecimento técnico necessário em apoio às necessidades da CONTRATANTE quanto ao dimensionamento e *tunning* dos projetos técnicos contratados;
 - XIII. Fornecer, sem ônus adicional, um total de 10 (dez) vagas em treinamentos oficiais *Google*, com direito a *vouchers* para as provas de Certificação, nas TRILHAS DE TREINAMENTO (*Google Training*) disponíveis em <https://cloud.google.com/training?hl=pt-br> ou nos treinamentos que vierem a substituí-las;
 - XIV. Ministras, conforma necessidade, treinamentos presenciais ou à distância, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, necessários ao correto entendimento das tabelas de preços, suas nomenclaturas, volumetria e aplicabilidade no ambiente da CONTRATANTE;
 - XV. Reparar todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital e na legislação vigente, compete à CONTRATANTE:

- I. Exigir da CONTRATADA o fornecimento dos serviços e produtos nas idênticas condições assumidas quando da celebração do Contrato;
- II. Solicitar, acompanhar, fiscalizar, exercer controle, administração e gestão do Contrato;
- III. Notificar a CONTRATADA por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir os defeitos ou irregularidades encontradas nos produtos;
- IV. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela CONTRATADA;
- V. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- VI. Analisar, avaliar, determinar e registrar as falhas encontradas, assim como o não cumprimento das determinações, aplicando as penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A especificação do fornecimento e da prestação do serviço seguirá o disposto no item 7 do Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto que trata este Contrato será recebido da seguinte forma:

- I. Toda informação e comunicação relativa ao licenciamento dos produtos ou serviços tais como: chaves de acesso, tabelas de preços, extinção e/ou alteração de produtos e assuntos correlatos deverão ser enviadas no endereço eletrônico a ser informado pela CONTRATANTE nos instrumentos contratuais futuros.
- II. A CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite provisório quando da entrega do objeto.
- III. Serão realizados testes pela CONTRATANTE ou equipe por ela indicada nos produtos e serviços contratados, para averiguação da conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, sem defeitos de funcionamento e na quantidade solicitada.
- IV. Deverá emitir o Termo de Aceite definitivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para os produtos e/ou serviços.
- V. Encontrando irregularidades e/ou nos casos em que os produtos entregues não estejam em conformidade com o solicitado e documentação disponibilizada, apresentem defeitos de funcionamento ou ainda, estejam incompletos, deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- VI. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- VII. A ativação dos produtos e serviços na Cláusula Primeira deste instrumentos será de responsabilidade da CONTRATANTE.
- VIII. Nos casos em que os produtos ou serviços entregues não estejam em conformidade como solicitado

ou a documentação disponibilizada, apresentem defeitos e/ou mal funcionamento ou ainda, estejam incompletos, os pagamentos serão suspensos até que os problemas sejam integralmente sanados.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deve fornecer aos funcionários da CONTRATANTE, chaves de acesso e instruções de uso do *Customer Portal* (ou equivalente), minimamente para 02 (dois) contatos principais e 04 (quatro) secundários. As chaves devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: certificados_software@prodabel.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

Parágrafo Oitavo. A CONTRATADA não será permitida deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo Nono. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo Décimo Primeiro. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo Décimo Segundo. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo Terceiro. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

Parágrafo Décimo Quarto. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

Parágrafo Décimo Quinto. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente as obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A designação do Gestor e Fiscal do Contrato será realizada através de portaria publicada no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, para melhor adaptar suas previsões ao interesse da CONTRATANTE,

nos termos e limites da Lei 13.303/2016 e procedimentos previstos no seu Regulamento de Licitações e Contratos.

Parágrafo Único. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo e Termo de Apostila, quando admitido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

O presente Contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por terceiros.

Parágrafo Único. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

As partes, na execução do objeto deste Contrato, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponibilizado no sítio eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/xxxxxxxxxxxxx>

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro. Para a participação neste instrumento contratual, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Parágrafo Segundo. A CONTRATANTE rejeitará a(s) proposta(s) elencada(s) no parágrafo anterior e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o contratado, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a vigência do presente contrato.

Parágrafo Terceiro. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas será denunciada à Controladoria Geral do Município - CTGM, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do Decreto Municipal 16.954/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

As sanções administrativas que serão aplicadas pela CONTRATANTE são as previstas nas Leis 13.303/2016, 10.520/2002 e nos Decretos Municipais 15.113/2013, 16.954/2018, 17.317/2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser extinto:

- I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista.
- II. Pelo término do seu prazo de vigência.
- III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE.
- IV. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito e fundamentado à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- V. Pela via judicial; e
- VI. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos abaixo elencados:
 - a) Descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - c) Subcontratação parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CONTRATANTE ou em descumprimento ao previsto na Lei 13.303/2016.
 - d) Fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - e) Desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
 - f) Cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato.
 - g) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - h) Dissolução da sociedade ou o falecimento do(a) CONTRATADO(A);
 - i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
 - j) Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
 - k) Ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - l) Não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
 - m) Descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - n) Perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da

avença;

- o) Nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Primeiro. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

Parágrafo Segundo. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item IV desta cláusula será de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Quarto. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarreta as seguintes consequências:

- I. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;
- II. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis 13.303/2016 e 10.506/2002, no seu Regulamento de Licitações e Contratos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação da obrigação.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Terceiro. A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato.

Parágrafo Quarto. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou termo de apostila, quando couber.

Parágrafo Quinto. Os direitos decorrentes deste presente instrumento contratual eventualmente assinado, não poderão em hipótese alguma, ser negociados com instituições financeiras, não se responsabilizando a CONTRATANTE por quaisquer consequências oriundas de tais transações, respondendo, ainda, o Fornecedor

por perdas e danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município - DOM e correrá por conta e ônus da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO

É competente o foro de Belo Horizonte/MG para a solução de eventuais litígios decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento de contrato, em 2 (duas) vias, para um só efeito.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2021.

XXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome _____ CPF n° _____

Nome _____ CPF n° _____

**ANEXO VI
DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021**

Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, especialmente em relação aqueles descritos nos artigos 37, parágrafo primeiro, 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, emitida pelo representante legal da licitante com poderes para tal;

Declaração que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art.7º, XXXIII da Constituição Federal.

Declaração de que a empresa preenche os requisitos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 3º, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, emitida pelo representante legal da licitante e que não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006. (CASO A EMPRESA SE ENQUADRE NA HIPÓTESE).

Declaração de que a empresa não tem como sócio(s) servidor (es) ocupante de cargo efetivo/comissionado ou Titulares de empresa pública de qualquer esfera governamental.

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º, sediada no, declara, sob as penas da Lei, que:

1. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
2. Não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
3. Não há, em suas instalações, realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
4. Declara, para os devidos fins legais ser microempresa - empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente e não está impedida de se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses do §4º, do artigo 3º da referida Lei (CASO A EMPRESA SE ENQUADRE NA HIPÓTESE)
5. Declara que não tem como sócio(s) servidor(es) ocupante de cargo efetivo/comissionado ou Titulares de empresa pública de qualquer esfera governamental.

Data e local.

Assinatura do Diretor ou representante legal

**ANEXO VI - CONTINUAÇÃO
DECLARAÇÕES****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO VI - CONTINUAÇÃO**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.), portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados no item 10 – Exigências para Habilitação - deste pregão.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO VI - CONTINUAÇÃO**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS
APRESENTADOS ELETRONICAMENTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

A empresa com sede na nº Bairro, cidade de, inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos apresentados são autênticos e condizem com o documento original.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante